

**Principais notícias divulgadas por sites relacionadas ao Programa Bolsa
Família**

Período de Análise: 01 a 30 de Agosto de 2007

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Sítio eletrônico do PNUD

Assistente de Pesquisa: Silvia A. Zimmermann

Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF) foi oficialmente lançado em 9 de janeiro de 2004 pela Lei nº 10.836, sendo posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004, de responsabilidade do Ministério do desenvolvimento Social (MDS). Integrante do Programa Fome Zero, o PBF realizou a unificação dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, e é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades para famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00¹) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00).

Entre os objetivos do PBF está a articulação das três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza. Primeiro, o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família. Segundo, o reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades que visam contribuir para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza. Terceiro, promover a coordenação de programas complementares que atuem no desenvolvimento das famílias e superação da pobreza (MDS, 2007).

Vários têm sido os debates suscitados pela criação e ampliação do programa no Brasil. Weissheimer (2006)² destaca os avanços, limites e possibilidades do PBF que está “transformando a vida de milhões de famílias no Brasil”. O autor apresenta dados de uma melhor distribuição de renda no país segundo estudos do IPEA³.

Pesquisas sobre o PBF desenvolvidas pelo próprio MDS têm fornecido informações sobre os impactos do PBF na sociedade brasileira, no intuito de qualificar as ações da política federal. As pesquisas tiveram por objetivo: a avaliação dos beneficiários sobre o programa; o enfrentamento das desigualdades de gênero em função do PBF promover o reordenamento do espaço doméstico e o acesso das mulheres ao espaço público; a percepção dos beneficiários do PBF sobre condições de segurança alimentar e nutricional e; a importância das transferências do PBF na renda dos municípios brasileiros⁴.

Diante dessas questões, a análise de notícias sobre o PBF proposta nessa atividade de clipping, a partir da mídia selecionada, será feita mediante a divisão conforme quatro grandes objetivos do Programa Bolsa Família, listados a seguir:

1. Promoção ao acesso à rede de serviços públicos - saúde, educação e assistência social;
2. Combate à fome e a pobreza e promoção da segurança alimentar e nutricional;

¹ Valores reajustados pelo Decreto nº 5.749 de 11 de abril de 2006. Segundo as notícias do mês de julho de 2007, foi anunciado novo reajuste.

² WEISSHEIMER, M. A. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

³ O estudo menciona que o PBF é responsável por um terço da queda da desigualdade no país, entre os anos de 2001 e 2004. Ver SOARES, S. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004, IPEA, 2006.

⁴ Embora o resultado integral dessas pesquisas não tenha sido divulgado, por compor atividade interna do MDS, o resumo das constatações e análises se encontram no documento “Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate”, nº5, (2007), Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

3. Estimulo a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza – geração de renda;

4. Promoção da intersetorialidade, da complementaridade e da sinergia de ações sociais do poder público.

Para dar conta da variedade das notícias encontradas foram criadas mais duas divisões, uma de **funcionamento do PBF** e de **outros**, sendo que esse último item absorve questões que não foram possíveis enquadrar nos itens anteriores.

Durante o mês de Agosto de 2007 identificaram-se 42 notícias sobre o PBF na mídia selecionada. Dessas, 1 trata do estímulo a emancipação sustentada das família que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, 1 aborda a promoção da intersetorialidade, complementariedade e a sinergia das ações sociais do poder público, 7 comentam o funcionamento do BPF e 33 referem-se a outras questões que não puderam ser enquadradas nos itens anteriores, sendo sua maioria opiniões críticas ao programa. O item da “promoção ao acesso da rede de serviços públicos” bem como os itens de “combate à fome” e a “promoção da intersetorialidade das políticas” não foram diretamente mencionados entre as notícias veiculadas sobre o PBF. No entanto, a temática do combate a fome e promoção ao acesso da rede de serviços públicos permeiam quase a totalidade das notícias.

Quadro 1 – Brasil, notícias de Julho/2007 sobre Programa Bolsa Família.

Temáticas das notícias	Nº de notícias
1. Promover o acesso à rede de serviços públicos - saúde, educação e assistência social	-
2. Combater a fome e a pobreza e promover a segurança alimentar e nutricional	-
3. Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza – geração de renda	1
4. Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder público	1
5. Sobre o funcionamento do PBF	7
6. Outros	33
Total	42

Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza – geração de renda

Nesse item foi identificada uma (01) notícia. Diz respeito as iniciativas municipais complementares ao Bolsa Família, que tem sido desenvolvidas a partir de recursos repassados pelo MDS, via Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Os recursos têm por objetivo a melhor gestão do PBF, no entanto, em muitos municípios, também estão sendo utilizados para realizar ações de capacitação na geração de renda das famílias atendidas pelo programa. Em Luminárias, por exemplo, município localizado na região Sul de Minas Gerais, cerca de 50 beneficiárias estão participando e administrando a Associação de Trabalho e Cidadania de Luminárias dos Beneficiários do Programa Bolsa Família. O município de Boa Vista do Incra, no Rio Grande do Sul, está envolvendo os beneficiários do programa em uma série de atividades de geração de trabalho e renda. Formosa, em Goiás, criou o Bolsa Digital para integrar jovens de baixa renda ao mundo virtual. Na Bahia, beneficiários trabalham na Cooperativa de Agentes Ecológicos de Lauro de Freitas.

Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder público

Nesse item foi identificada uma (01) notícia. Esta comenta o Fórum Latino-Americano de Políticas Sociais que houve em Belo Horizonte. No evento se discutiu o impacto dos programas de transferência condicionada de renda na qualidade de vida da população beneficiada, em especial o Bolsa Família. O evento debateu os resultados de Avaliações de Programas Sociais, desenvolvidos pela secretária de Avaliação e Gestão da Informação do MDS. Entre os destaques do evento esteve a questão das parcerias e transversalidade das políticas sociais entre as três esferas de governo. O ponto de partida da proposta é o pacto federativo, observando que, de acordo com o artigo 2º da Constituição Federal, o combate à pobreza e à desigualdade é um objetivo da federação, o que pressupõe uma ação articulada entre as esferas de governo. Foi apresentado iniciativas do MDS de apoio à gestão compartilhada, com destaque para co-responsabilidade e a implementação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), criado para remunerar municípios que implementem ações para melhoria de qualidade de gestão do PBF.

Sobre o funcionamento do PBF

Nesse item foram identificadas 7 notícias, onde os temas principais são: reajuste do PBF; repasse das informações sobre o acompanhamento escolar dos beneficiários do PBF; reunião em Brasília dos gestores estaduais do PBF; sistema de cruzamento de dados e anúncio de coletiva para divulgação de pesquisa sobre o perfil dos beneficiados do PBF. A seguir comentam-se as notícias:

O reajuste de 18,25% entrou em vigor em 20 de agosto. Previsto no Decreto nº 6.157 publicado dia 17 de junho no Diário Oficial da União. O reajuste teve como base a variação do INPC de outubro de 2003 a maio de 2007. São cerca de R\$ 819,7 milhões transferidos a 10.956.436 de famílias em todos os municípios, uma diferença a mais de R\$ 126,7 milhões. Esta é a primeira recomposição dos valores dos benefícios. O objetivo da correção é recuperar o poder de compra do programa de transferência condicionada de

renda. Com a recomposição do benefício, o menor valor passa de R\$ 15,00 para R\$ 18,00 e o máximo de R\$ 95,00 para R\$ 112,00, a partir do mês de agosto. O valor médio nacional que era de R\$ 62,00 chega a R\$ 74,00. A atualização dos valores elevou o benefício básico de R\$ 50,00 para R\$ 58,00, e o variável de R\$ 15,00 para R\$ 18,00. O MDS prioriza as famílias extremamente pobres, ou seja, aquelas com renda mensal per capita de até R\$ 60,00. Elas recebem o benefício básico mais o variável por filho de até 15 anos, limitado a três. As famílias consideradas pobres, ou seja, com renda mensal por integrante entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00, recebem apenas o benefício variável, limitado a três. Uma família pobre com três crianças, por exemplo, que recebia até agora R\$ 45,00 do Bolsa Família recebe agora R\$ 54,00, com a correção. Pesquisas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) mostram que os recursos são destinados principalmente à aquisição de alimentos, material escolar, medicamentos e vestuário.

O dia 21 de setembro é o prazo final para que os gestores municipais enviem ao Ministério da Educação (MEC), as informações sobre o comparecimento escolar dos estudantes beneficiários do PBF. Os dados sobre a presença nas aulas serão lançados e registrados no sistema de acompanhamento da frequência escolar do MEC. A presença na escola de crianças e adolescentes é acompanhada bimestralmente pelo MEC e pelo MDS e é considerada uma condição necessária para que as famílias continuem recebendo o benefício do Governo Federal. Os pais também precisam fazer a matrícula dos filhos com idade entre 6 e 15 anos e se certificar de que eles assistam, no mínimo, a 85% das aulas a cada mês. Além disso, os beneficiários do PBF precisam manter atualizado o cartão de vacinação das crianças com até sete anos de idade. Devem, ainda, seguir as instruções do Ministério da Saúde e conduzir os filhos para que sejam medidos e pesados nos postos dos municípios. As gestantes precisam fazer o pré-natal e as nutrizes são orientadas, durante as atividades educativas promovidas nos postos de saúde, sobre a importância da amamentação e de uma alimentação saudável. As informações colhidas durante o segundo semestre deste ano, sobre a visita das crianças, grávidas e nutrizes aos postos de saúde, devem ser enviadas pelos gestores municipais até 31 de dezembro. Os dados serão inseridos no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), do Ministério da Saúde.

Durante o mês de agosto o MDS realizou em Brasília a primeira oficina com coordenadores do Bolsa Família de sete estados do Norte (Pará, Acre, Amazonas, Amapá, Tocantins, Rondônia e Roraima). O objetivo do encontro foi reduzir as dificuldades no cumprimento das atividades previstas na implementação e execução do PBF. Os principais problemas apontados pelos coordenadores estaduais dizem respeito a processos licitatórios de contratação, cadastramento de populações tradicionais e emissão de documentos. Uma das dificuldades colocadas pelos participantes foi o entendimento das áreas jurídicas e financeiras em relação aos procedimentos de repasse financeiro pelo Fundo de Estadual de Assistência Social (FEAS). Durante o encontro, os gestores estaduais foram informados sobre o cadastramento das comunidades remanescentes das populações quilombolas no Amapá. A intenção é cadastrá-las para que, desse modo, tenham acesso ao Bolsa Família.

O cruzamento de dados para uma fiscalização mais rígida sobre os beneficiários do PBF também foi tema de notícia no mês de agosto. Entre os processos de integração destacam-se as parcerias com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, prefeituras, o Sebrae e o Pronaf. A intenção é unificar dados para fazer um cruzamento com

o Relatório Anual de Informações Sociais(RAIS) resultando no atendimento da população que realmente se encontra em situação de pobreza e extrema pobreza.

A divulgação de pesquisa sobre o Perfil das Famílias Beneficiárias do PBF foi muito trata na mídia ao longo do mês. O MDS, demandante da pesquisa, apresentou os resultados que indicam as características sócio-econômicas da população de baixa renda atendida pelo PBF, a partir de dados do Cadastro Único. O perfil mostra a situação de habitação das famílias, acesso dos beneficiários a saneamento básico, coleta de lixo e energia elétrica, entre outros.

No sentido da ampliação do PBF o governo comentou que pretende estender os benefícios do Bolsa Família a jovens de até 17 anos a partir de 2008. Hoje, o benefício é pago somente às famílias com, no máximo, três filhos com idade de até 15 anos. A medida foi discutida na segunda reunião ministerial do ano e será anunciada oficialmente nos próximos meses, mas ainda há divergência no governo sobre a destinação e liberação de recursos.

Outros

Nesse item foram identificadas 33 notícias. Quase a totalidade faz referência aos dados da pesquisa divulgada pelo MDS sobre o Perfil dos beneficiários do PBF, identificando aspectos positivos e negativos do Programa. Basicamente enquadra-se em notícias de opinião exaltadas por estudiosos do tema da pobreza e políticas sociais, assim como do Ministro de Desenvolvimento Social e do Presidente da República. A seguir, comentários sobre as notícias e os destaques que estas obtiveram na mídia.

O perfil dos beneficiados mostra que o PBF chega a população mais pobre, dito pelo sítio do MDS, ao mesmo tempo, outras mídias pesquisadas destacaram como chamada das notícias o fato de que “um em cada quatro brasileiros está no Bolsa Família”, “dos beneficiados, 63,6% não tem esgoto tratado”, “muitos nem sabem de onde vem o dinheiro”, “o programa mantém popularidade de Lula”, “faltam portas de saídas para o Bolsa Família” e ainda, “Lula amplia Bolsa Família para ser comparado a Getúlio Vargas na área social”. As notícias expressam o quanto polêmico foi o debate em torno dos dados sobre os beneficiários do PBF que circularam na mídia no mês de agosto.

A declaração do Presidente da República de que a elite brasileira critica o PBF, mas não a “bolsa de doutor no exterior” também teve repercussão, resultando em artigo crítico da filósofa Alba Zaluar, que contesta o Bolsa Família como instrumento de emancipação civil, política e social, caracterizando o programa como ação de caráter complementar de segurança alimentar. Disse ainda que “a sacrificada classe média, inexplicavelmente confundida com a ‘elite’, que inclui alta proporção de assalariados de escolaridade média, “não pode estar satisfeita” com o governo Lula. A Filósofa defendeu que as bolsas de estudo há muito são importante instrumento para projetos nacionais de ciência e tecnologia.

Dados sobre o perfil dos beneficiários - a pesquisa sobre o perfil do beneficiários do PBF foi realizada a partir da comparação das informações do Cadastro Único para Programas Sociais – base de dados usada pelo Bolsa Família – com as das famílias mais pobres do Brasil, identificadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). O perfil traça uma comparação com os dados divulgados em 2005 e também aponta a situação sócio-econômica dos beneficiários em 2007. As condições de vida das famílias são apresentadas por estado e por região. Além de mostrar que o Bolsa Família tem uma boa

focalização na população de baixa renda, o levantamento servirá como base para implementação de políticas públicas destinadas a esse segmento. Entre os dados, destacam-se:

- 63,6% não têm redes de esgoto tratado. A maioria (26,7%) usa fossas rudimentares e outros 18% convivem com esgotos a céu aberto;
- 66% tem recolhimento de lixo (pois vivem em zonas urbanas); 20,5% ainda os queima, e 10,7% deixam a céu aberto;
- A energia elétrica chega a 76% das residências incluídas no PBF;
- Mais de 80% das cerca de 11 milhões de pessoas beneficiárias estudaram até a 8ª série do Ensino Fundamental, enquanto 16,2% se declararam analfabetas; 60% dos chefes de família são analfabetos ou têm só a 4ª série do ensino fundamental completa;
- A maior parte dos beneficiários – 69% - vive em áreas urbanas;
- O abastecimento de água pela rede pública atinge, atualmente, 64,7% das famílias beneficiadas, contra 61,1% em 2005. O acesso médio aos serviços de escoamento sanitário passou de 33,9% para 36,4 entre as famílias inscritas no programa;
- 61,7% tem casa própria e a maioria, casas de alvenaria. Os barracos de papelão e madeirite aparecem em apenas 1% dos casos e as casas de taipa, em menos de 10%;
- Apenas 2,8% têm emprego com carteira assinada e 0,1% dos que se dizem autônomos contribui para a Previdência Social. Ou seja, a metade dos responsáveis pelos grupos familiares não tem ocupação fixa e vive de trabalhos temporários;

Além do apresentado, os dados indicaram que um em cada quatro brasileiros é beneficiado pelo Bolsa Família. Isso porque o programa atinge 45,8 milhões de pessoas, considerando filhos, dependentes e cônjuges, o que equivale a 24,2% da população de 189,5 milhões de habitantes brasileiros. A conclusão da pesquisa é de que o Bolsa Família, diferentemente de outros programas sociais, atinge a parcela mais pobre da população.

Hoje, o Bolsa-Família tem um orçamento de R\$ 8,7 bilhões por ano para atender a 11,1 milhões de famílias. Mas o investimento deve aumentar em R\$ 400 milhões este ano e subir para cerca de R\$ 10 bilhões em 2008, depois que for aprovado o reajuste de 18,75% nos benefícios. A média atual por família, de R\$ 62 por mês, passará a R\$ 72 com o reajuste. Entre setembro de 2005 e março deste ano, o programa cresceu 48,7% em número de beneficiários - de 30,8 milhões para quase 46 milhões. O volume de famílias passou de 7,63 milhões para 11 milhões em março deste ano, uma evolução de 44%.

Destaca-se a notícia de que entre 2004 e 2007 quase 1,4 milhão de famílias deixaram o programa Bolsa Família - outras 514 mil estão com os benefícios bloqueados temporariamente. Do total de 1,4 milhão de famílias que perderam o benefício, 667 mil (47,70%) possuíam renda superior ao exigido pelo MDS. O Ministério reconhece que não há como definir, entre essas famílias, quais melhoraram de vida com o PBF e quais praticaram fraudes ou estavam recebendo o benefício por falhas de cadastramento. Nos dados do MDS, constam que apenas 2,48% das famílias que tiveram seus benefícios cancelados nos últimos três anos (total de 34.745 famílias) foram espontaneamente aos núcleos regionais do Bolsa Família pedir a suspensão do pagamento do benefício. Hoje 514.073 benefícios estão bloqueados sendo 322,7 mil por suspeição de renda superior ao limite. Mais 84.460 estão bloqueados porque a família não cumpriu contrapartida, como manter filhos na escola. Segundo o MDS a cada mês entram e saem cerca de 50 mil

famílias do PBF, resultando no fato do Cadastro Único ter mais famílias que as 11,1 milhões que recebem o benefício.

Teve-se a notícia de que o PBF está inspirando a República Dominicana a incorporar um sistema de comunicação que usa satélites e internet via rádio. O dispositivo possibilita o débito de cartões magnéticos de programas de transferência de renda em regiões em que não há energia elétrica ou telefone, como o que funciona em municípios isolados do Norte e Nordeste do Brasil. Com a tecnologia, o governo dominicano planeja dobrar até o ano que vem o número de pessoas atendidas pelo principal programa do tipo no país, chamado Solidariedade.

Entre as notícias de opinião, destaca-se a crítica de Carlos Alberto Libânio Cristo, o Frei Betto, ao fato de o Programa Fome Zero ter se reduzido ao PBF. Frei Betto foi assessor especial do presidente Lula para políticas sociais até dezembro de 2004 e seu amigo de muito tempo. Ao finalizar sua entrevista dada ao Jornal Estado de São Paulo disse que “Se Deus quiser e a literatura me permitir, jamais voltarei ao poder público ou à iniciativa privada”. Também entre as notícias de opinião, cita-se a notícia sobre o fim da CPMF, enquanto uma ação que não implica o abandono de bons programas sociais, como o Bolsa Família. Há recursos para a sua manutenção em outras receitas da União e seu financiamento depende apenas de uma gestão eficiente, dito por Benjamin Steinbruch.

Entre os estudos apresentados sobre o PBF, cita-se o realizado pelo professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Alagoas, Cícero Péricles de Carvalho, segundo o qual as políticas sociais e os programas de investimentos federais, em especial o PBF, vêm criando um mercado interno e popular que está modificando a paisagem econômica de Estado. O Bolsa Família atende em Alagoas cerca de 350 mil famílias - mais da metade da população. Ao todo, o programa libera cerca de R\$ 240 milhões, por ano, ao Estado: “Mais de três vezes o valor que rende o corte de cana”, compara. O professor calcula que, dos R\$ 12 bilhões do Produto Interno Bruto (PIB) alagoano, cerca de R\$ 4 bilhões venham das transferências diretas - ou seja, um quarto do PIB estadual. O valor do benefício Bolsa Família representa, na opinião do professor, um ganho de capacidade de compra extraordinário, corrigindo hoje uma histórica demanda de consumo reprimido.

Ao longo de agosto também foi debatido na mídia o fato de ter sido o PBF ou o aumento do salário mínimo o maior responsável pela redução da desigualdade país, o que contrapõe a opinião de dois estudiosos da pobreza, os economistas João Sabóia (UFRJ) e Marcelo Néri (FGV). No estudo realizado pelo diretor do Instituto de Economia da UFRJ, João Saboia, os dados indicam que o salário mínimo foi responsável por 64% da redução do Índice de Gini, medida de desigualdade de renda (que varia de 0 a 1; quanto mais perto de um, mais desigual é o país). Em 1995, esse índice estava em 0,599 em relação à renda domiciliar per capita (a renda total da família dividida pelos membros). Em 2005, baixou para 0,564. Se não fosse a valorização do mínimo, o Gini teria caído apenas para 0,586. Contrário a essa opinião esteve se pronunciando o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que usou indicadores diferentes de Saboia. Enquanto o economista da UFRJ usou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), com abrangência nacional, mas com periodicidade anual, Neri lançou mão de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), restrita a seis regiões metropolitanas divulgada todo o mês pelo IBGE. Néri alega que desde 2004, o mínimo não tem impacto na redistribuição de renda no mercado de trabalho. Para ele, o grande instrumento de combate à desigualdade é o Bolsa Família. Ele cita o custo fiscal do mínimo, que é o indexador das aposentadorias e pensões do INSS e do benefício de

prestação continuada (a concessão de um salário mínimo pela União aos que têm mais de 65 anos ou deficientes com renda familiar per capita) inferior a um quarto de um salário.

Entre outros estudo, noticiou-se o estudo sobre o Quênia feito pelo Centro Internacional de Pobreza, uma instituição de pesquisa do PNUD, resultado de uma parceria com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) o qual defendeu que programas de geração de empregos podem ser mais eficientes no combate à pobreza do que programas de transferência de renda. O trabalho simulou duas situações. Em uma delas, seria implantado um programa que concedesse um benefício mensal para todas as crianças pobres entre seis e 14 anos — semelhante ao Bolsa Família. Na outra, o mesmo montante de recursos seria usado em um programa de geração de postos de trabalho para todos os pobres desempregados ou com salário inferior ao oferecido pelo programa. O resultado é que o programa de geração de emprego teria um impacto maior entre os pobres das zonas urbanas, pois nessas regiões há mais desempregados e mais pessoas com baixos salários no mercado de trabalho. Nesses locais, o rendimento das famílias pobres aumentaria 78% com o programa de emprego e 26% com a transferência financeira. Já nas zonas rurais um programa semelhante ao Bolsa Família seria mais eficiente, pois os domicílios dessas regiões têm mais crianças em idade escolar do que os dos centros urbanos. Um programa de transferência de renda elevaria o rendimento em 37% , e o programa de geração de trabalho, 27%.

Houve notícia crítica ao fato do governo ter assumido a um ano e nove meses o compromisso público de incluir no Bolsa Família os trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão e, no entanto, até o momento 85% dos libertados ainda não receberam a ajuda. O acordo entre ministérios determina que libertado ganhe preferência e passe à frente de outros cidadãos que reivindicam o benefício. Um termo de cooperação foi firmado em dezembro de 2005 entre os ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social. Dos 9.338 trabalhadores resgatados cujos dados foram cadastrados pelo governo, apenas 1.453 (15%) foram incluídos no programa - outros 317 não se enquadraram nos critérios e não ganharam o benefício.

Outro tema de notícia foi o anúncio do MDS de que vai iniciar, em outubro, a contagem dos moradores de rua de 60 cidades com mais de 300 mil habitantes. A idéia é levantar dados para políticas sociais focadas nessa população.

Tendo por base as notícias comentadas, fica-se com as seguintes questões:

Qual será o tempo para o PBF gerar sustentabilidade e a redução efetiva da concentração de renda no país?

Qual o limite da meta do número de beneficiários do PBF?

Existem condicionalidades que devem ser cumpridas pela população e quais são as “condicionalidades” do governo em termos de saúde e infra-estrutura?

Qual o mecanismo mais eficiente na distribuição de renda, um programa de transferência de renda, o aumento do emprego, ou ainda, a elevação do salário mínimo?

O benefício político de um programa federal recai sobre a união, reduzindo a influência dos políticos locais, mas aumentando a influência política do representante federal.

Na sequência, seguem as notícias na íntegra.

ÍNDICE

1. Bolsa-Família será reajustada dia 20 – Estado de São Paulo – Nacional – 03/08/2007..	12
2. Informações sobre o acompanhamento escolar dos beneficiários do Bolsa Família devem ser enviadas até setembro – MDS - 06/08/2007	12
3. Bolsa Família impulsiona crescimento da economia alagoana – Sítio Eletrônico do MDS – 10/08/2007	13
4. Fórum discute impacto e avaliação de programas de transferência de renda – Sítio Eletrônico do MDS – 10/08/2007.....	14
5. Estudo sugere emprego contra pobreza - SARAH FERNANDES - da PrimaPagina – PNUD Brasil - 14/08/2007	15
6. MDS reúne em Brasília gestores estaduais do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 14/08/2007	16
7. 1,4 milhão deixa o Bolsa Família em três anos – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Especial - 14/08/2007.....	17
8. Cruzamento de dados vai possibilitar fiscalização mais rígida – Paulo de Tarso Lira – Valor Econômico – Especial -14/08/2007.....	19
9. Bolsa Família inspira República Dominicana – PNUD Brasil - SARAH FERNANDES - da PrimaPagina, Santo Domingo, 16/08/2007	20
10. Lula: elite critica Bolsa Família e não a 'de doutor' – O País – O Globo – 17/08/2007..	21
11. Bolsa Família transforma vida de ex-doméstica no interior de Goiás – Sítio Eletrônico do MDS – 17/08/2007	22
12. Críticos do Bolsa Família aceitam bolsa no exterior, diz Lula - Ivana Moreira – Valor Econômico – Política - 17/08/2007	23
13. Programa atende 15% de libertados de condição análoga à escravidão – João Carlos Magalhães e Thiago Reis – Folha de São Paulo – Brasil – 18/08/2007.....	24
14. 'Fome Zero original foi abandonado' - Moacir Assunção – Estado de São Paulo – Nacional – 19/08/2007	25
15. Os mais pobres entre os pobres – Patrus Ananias – Folha de São Paulo – Opinião – 19/08/2007 (e Sítio Eletrônico do MDS – 20/08/2007)	26
16. O trabalho e as bolsas – Alba Zaluar – Folha de São Paulo – Opinião – 20/08/2007.....	28
17. Coletiva divulgará perfil dos beneficiários do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 20/08/2007	29
18. Beneficiários recebem Bolsa Família com reajuste – Sítio Eletrônico do MDS – 20/08/2007	29
19. Perfil dos beneficiários mostra que Bolsa Família chega à população pobre – Sítio Eletrônico do MDS – 21/08/2007.....	30
20. Um em cada quatro brasileiros está no Bolsa-Família - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007.....	31
21. Dos beneficiados, 63,6% não têm esgoto tratado – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007	32
22. Muitos nem sabem de onde vem o dinheiro - Moacir Assunção e Paulo Darcie – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007.....	33
23. Desde 2003, 34 mil pessoas abriram mão do benefício – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007	34
24. Programa mantém popularidade de Lula - Carlos Marchi – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007	34

25. Bolsa Família atende quase um em cada quatro brasileiros – Folha de São Paulo – DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Brasil – 22/08/2007	35
26. Bolsa Família chega a 1 em cada 4 brasileiros - Demétrio Weber – O Globo – O País – 22/08/2007	35
27. Programa beneficia os mais pobres – Demétrio Weber – O Globo – O País – 22/08/2007	36
28. Perfil de beneficiados pelo Bolsa Família mostra que 69% estão na área urbana - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Brasil - 22/08/2007	36
29. O Brasil do Bolsa-Família – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 23/08/2007	37
30. Uma revolução silenciosa muda a vida de milhões no Brasil e no mundo – Sítio Eletrônico do MDS – 23/08/2007	39
31. Faltam portas de saída para Bolsa-Família, diz especialista - Gabriel Manzano Filho – Estado de São Paulo – Nacional – 23/08/2007	40
32. Bolsa Família cresce mais na cidade do que no campo – Folha de São Paulo – Brasil – 23/08/2007	41
33. Municípios investem em ações complementares para beneficiários do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 24/08/2007	42
34. Ajuda e emancipação – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 26/08/2007	44
35. Valorização do mínimo diminuiu desigualdade – Cássia Almeida – O Globo – Economia – 27/08/2007	45
36. Bolsa Família teve impacto menor – O Globo – Economia – 27/08/2007	47
37. Bolsa Família, sim; CPMF, não! – Benjamin Steinbruch – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/08/2007	47
38. Brasil reduz a pobreza extrema pela metade – PNUD Brasil, TALITA BEDINELLI, da PrimaPagina - Brasília, 29/08/2007	49
39. Nordeste é a região mais desigual do país, diz IBGE – Diana Brito – Folha on Line – 29/08/2007	51
40. Tecnologia do Bolsa Família chega à República Dominicana– site MDS - 30/08/2007	52
41. Lula amplia Bolsa-Família para ser comparado a Getúlio na área social - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Colaboraram Fabíola Salvador e Christiane Samrco – 31/08/2007	53
42. Bolsa Família vai atender mais 1,7 milhão - Chico de Gois, Cristiane Jungblut e Henrique Gomes Batista – O Globo – O País – 31/08/2007	54

1. Bolsa-Família será reajustada dia 20 – Estado de São Paulo – Nacional – 03/08/2007

Dia 20, as famílias cadastradas no Bolsa-Família começam a receber o reajuste de 18,25%, em média, previsto no decreto publicado dia 17 de junho no Diário Oficial da União. O aumento teve como base a variação do INPC de outubro de 2003 a maio de 2007. O benefício básico passa de R\$ 50 para R\$ 58. O variável concedido por filho de até 15 anos passa de R\$ 15 para R\$ 18.

2. Informações sobre o acompanhamento escolar dos beneficiários do Bolsa Família devem ser enviadas até setembro – MDS - 06/08/2007

Os gestores municipais devem enviar para o Ministério da Educação (MEC), até o dia 21 de setembro, as informações sobre o comparecimento escolar dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família. Os dados sobre a presença nas aulas serão lançados e registrados no sistema de acompanhamento da frequência escolar do MEC.

A presença na escola de crianças e adolescentes é acompanhada bimestralmente pelo MEC e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e é considerada uma condição necessária para que as famílias continuem recebendo o benefício do Governo Federal. Os pais também precisam fazer a matrícula dos filhos com idade entre 6 e 15 anos e se certificar de que eles assistam, no mínimo, a 85% das aulas a cada mês.

Os gestores municipais devem acessar o site <http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br> e enviar os dados. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones: (61) 2104-6286/2104-6034/ 2104-8290/ 2104-8230/ 2104-8238/ 2104-8287.

Saúde - Os beneficiários do Bolsa Família também precisam manter atualizado o cartão de vacinação das crianças com até sete anos de idade. Devem, ainda, seguir as instruções do Ministério da Saúde e conduzir os filhos para que sejam medidos e pesados nos postos dos municípios.

As gestantes precisam fazer o pré-natal e as nutrizes são orientadas, durante as atividades educativas promovidas nos postos de saúde, sobre a importância da amamentação e de uma alimentação saudável.

As informações colhidas durante o segundo semestre deste ano, sobre a visita das crianças, grávidas e nutrizes aos postos de saúde, devem ser enviadas pelos gestores municipais até 31 de dezembro. Os dados serão inseridos no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), do Ministério da Saúde. Para realizar o processo de envio de dados, os técnicos municipais precisam consultar os seguintes endereços: <http://sisvan.datasus.gov.br> ou www.saude.gov.br/nutricao.

3. Bolsa Família impulsiona crescimento da economia alagoana – Sítio Eletrônico do MDS – 10/08/2007

Os programas de transferência de renda do Governo Federal, em especial o Bolsa Família, estão mudando a face da economia alagoana, tradicionalmente baseada na extração da cana de açúcar e na pecuária. É isso que mostra o estudo realizado pelo professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Alagoas, Cícero Péricles de Carvalho. Segundo o estudo, as políticas sociais e os programas de investimentos federais vêm criando um mercado interno e popular que está modificando a paisagem econômica de Estado.

O Bolsa Família atende em Alagoas cerca de 350 mil famílias - mais da metade da população. Ao todo, o programa libera cerca de R\$ 240 milhões, por ano, ao Estado: "Mais de três vezes o valor que rende o corte de cana", compara. O professor calcula que, dos R\$ 12 bilhões do Produto Interno Bruto (PIB) alagoano, cerca de R\$ 4 bilhões venham das transferências diretas - ou seja, um quarto do PIB estadual.

O trabalho também aponta que há 40 meses, desde março de 2004, Alagoas bate recordes na pesquisa mensal do comércio feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados obtidos mostram que houve no Estado crescimento maior do que a média nacional, com taxas positivas e muito maiores que as médias brasileiras. Cícero observa que nesse período não aconteceu nenhum grande investimento local em infra-estrutura ou por parte de grandes empresas: "Como não existiu investimento, o impacto do Bolsa Família foi muito importante para estimular a economia local", analisa.

Em Alagoas, os recursos do Bolsa Família somam mais de R\$ 22 milhões mensais. Levando em conta que cada família que recebe o recurso tem mais outros quatro membros, em média, mais de um milhão de pessoas beneficiam-se do programa todo mês. O dinheiro é utilizado principalmente na compra de alimentos, remédios, transporte e no varejo da construção civil. Mas os recursos vão basicamente para a comida: "É um programa importante porque atinge uma faixa pobre da população, muito mais pobre que os beneficiários do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), por exemplo. E tem uma capilaridade fantástica - vai da periferia da capital, Maceió, às localidades mais distantes do interior, as quais estão desprovidas de atividade econômica", explica Carvalho.

Consumo reprimido - O valor do benefício Bolsa Família representa, na opinião do professor, um ganho de capacidade de compra extraordinário, corrigindo hoje uma histórica demanda de consumo reprimido. "O conjunto de programas do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em especial o Bolsa Família, causou uma mudança imediata na dinâmica na economia alagoana. É um programa muito positivo", elogia o pesquisador. Como consequência dessa dinâmica, segundo ele, houve melhoria evidente na vida da população mais pobre e avanço nos setores produtivos voltados para segmentos populares, que atendem o público D e E: "Esses setores estão crescendo e dinamizam a economia das áreas pobres".

Para o professor Cícero Carvalho, há consenso entre as representações comerciais alagoanas, que consideram imprescindíveis a política de transferência de renda do Governo Federal e os programas sociais permanentes para o desenvolvimento do Estado. "Alagoas disputa o ranking da miséria com Piauí e Maranhão, mas percebe-se que o Bolsa Família vem mudando os índices do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no nordeste brasileiro. Tanto que os estudos do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) já mostram uma redução suave da distribuição da riqueza em Alagoas e no Nordeste. A curva

deixou de crescer. Isso é motivo de comemoração. O melhor de tudo é que ela é decrescente. A explicação para isso são os programas federais".

Crédito Popular - Na visão do presidente do Conselho de Administração do Banco do Cidadão - uma instituição que opera com micro-crédito para empreendimentos populares - Pedro Verdino, o Bolsa Família é um programa importantíssimo que tem resolvido uma questão fundamental, que não pode esperar: a fome. Mas, em muitos casos, o benefício recebido não é utilizado exclusivamente na compra de alimentos: "Um número significativo de pessoas que financiamos, a maior parte beneficiários do Bolsa Família, geralmente é de empreendedores que utilizaram o valor recebido em negócios próprios, a partir do que sabiam fazer", diz Verdino.

De acordo com o integrante do Banco do Cidadão, a necessidade de resolver o problema da falta de emprego leva as pessoas a essa iniciativa. Cerca de 70% dos empreendimentos financiados pelo banco são investidos no comércio de produtos alimentícios ou correlatos, artesanato e corte e costura. "O Bolsa Família acaba sendo a oportunidade de buscar uma alternativa econômica para resolver o problema da exclusão econômica. Nosso objetivo é que essas pessoas, por meio do programa, invistam em atividades geradoras de renda.

Pedro dos Santos Felipe Neto, 30, é um dos beneficiários do Bolsa Família que já está no seu quarto empréstimo no Banco do Cidadão. Ele produz, artesanalmente, sabão em pedra caseiro para vender nos mercados do pequeno comércio de Maceió. Sua produção mensal é de 20 mil unidades. Com o primeiro empréstimo que fez - R\$ 80 - proveniente do recurso recebido pelo Bolsa Família, o comerciante pôde estabilizar seu negócio e crescer cerca de 20%. Depois, foi adquirindo novos empréstimos e aumentou sua produção: "O Bolsa Família ajudou porque, antes, vivia muito apertado. Agora a expectativa é de ampliação do negócio. Futuramente, quero comprar um carro para, assim, diminuir ainda mais as despesas", conta.

Na análise do professor Cícero Péricles de Carvalho, o cenário alagoano - e brasileiro - vem mudando. "Hoje, o Nordeste é a bola da vez da economia brasileira: cresce a taxas maiores que as taxas nacionais, devido ao consumo reprimido. A região inteira cresceu, ainda assim, os maiores ganhadores são os segmentos C, D e E, historicamente os mais necessitados", finaliza Carvalho.

4. Fórum discute impacto e avaliação de programas de transferência de renda – Sitio Eletrônico do MDS – 10/08/2007

O impacto dos programas de transferência condicionada de renda, em especial o Bolsa Família, na qualidade de vida da população beneficiada foi o tema central do primeiro painel do Fórum Latino-Americano de Políticas sociais nesta sexta-feira (10/8), em Belo Horizonte. O terceiro e último dia do encontro foi aberto com um debate sobre Resultados de Avaliação de Programas Sociais, onde a secretária de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Laura da Veiga, falou sobre a focalização do Bolsa Família e apresentou um breve panorama de outros programas de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), este último já em processo de integração com o Bolsa Família.

A secretária fez uma defesa dos programas como uma decisão política do governo de reconhecer a existência de uma parcela da população brasileira que necessita da proteção e da promoção do Estado. Segundo Laura da Veiga, o principal desafio que se apresenta às políticas sociais é a integração intersectorial dos programas.

O painel também discutiu aspectos da avaliação de impacto do Bolsa Família realizada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG) a pedido do MDS. O professor Eduardo Rios Neto, coordenador da pesquisa, destacou a importância da função redistributiva do programa e analisou aspectos de sua relação com a educação.

Também participaram do debate Pablo Villatoro, consultor da Cepal, e a professora Cristina Filgueiras, da PUC-MG. De acordo com Villatoro, as pesquisas sobre os programas de transferência condicionada de renda realizadas na América Latina têm demonstrado que eles são instrumentos centrais nas políticas de redução da pobreza e têm a capacidade de aumento do acesso e melhora na oferta pública de serviços.

Parcerias e transversalidade - À tarde, a secretária Nacional de Renda de Cidadania do MDS, Rosani Cunha, apresentou a formulação de uma agenda de curto prazo para implementação, efetiva, de relações entre as três esferas de governo em torno das políticas sociais. O ponto de partida da proposta é o pacto federativo, observando que, de acordo com o artigo 2º. da Constituição Federal, o combate à pobreza e à desigualdade é um objetivo da federação, o que pressupõe uma ação articulada entre as esferas de governo.

Ela apresentou as iniciativas do MDS de apoio à gestão compartilhada, com destaque para co-responsabilidade e a implementação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), criado para remunerar municípios que implementem ações para melhoria de qualidade de gestão do Bolsa Família.

Participaram da mesa de Rosani Cunha, o secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Custódio Matos, o secretário da Coordenação da Política Social da Prefeitura de Belo Horizonte, Jorge Nahas, e o professor Rômulo Paes, da PUC-MG.

5. Estudo sugere emprego contra pobreza - SARAH FERNANDES - da PrimaPagina – PNUD Brasil - 14/08/2007

Programas de geração de empregos podem ser mais eficientes no combate à pobreza do que programas de transferência de renda, pois incluem a execução de obras de infra-estrutura que, depois de prontas, seriam aproveitadas pela população, como escolas, sistema de saneamento básico e rede elétrica. A avaliação é de um estudo sobre o Quênia feito pelo **Centro Internacional de Pobreza**, uma instituição de pesquisa do PNUD, resultado de uma parceria com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

O trabalho simulou duas situações. Em uma delas, seria implantado um programa que concedesse um benefício mensal para todas as crianças pobres entre seis e 14 anos — semelhante ao Bolsa Família. Na outra, o mesmo montante de recursos seria usado em um programa de geração de postos de trabalho para todos os pobres desempregados ou com salário inferior ao oferecido pelo programa.

As duas iniciativas elevariam o rendimento mensal das famílias de baixa renda e teriam impacto parecido na redução da proporção de pobres. “Porém, os programas de emprego

provavelmente teriam um impacto mais forte, por ajudar a construir infra-estrutura social e econômica. Se o programa constrói hospitais e escolas, por exemplo, ele aumenta a oferta de serviços sociais”, afirma o artigo em que o estudo é apresentado, intitulado **Criação de Emprego versus Transferência de Renda no Quênia**.

O texto aponta que os programas de geração de trabalho tenderiam a ser mais benéficos para o grupo dos 10% mais pobres. “Isso porque o número de desempregados e de pessoas com salários baixos é maior entre eles”, diz o autor do artigo, Eduardo Zepeda.

Além disso, o programa de geração de emprego teria um impacto maior entre os pobres das zonas urbanas, pois nessas regiões há mais desempregados e mais pessoas com baixos salários no mercado de trabalho. Nesses locais, o rendimento das famílias pobres aumentaria 78% com o programa de emprego e 26% com a transferência financeira.

Já nas zonas rurais um programa semelhante ao Bolsa Família seria mais eficiente, pois os domicílios dessas regiões têm mais crianças em idade escolar do que os dos centros urbanos. Um programa de transferência de renda elevaria o rendimento em 37% , e o programa de geração de trabalho, 27%.

O estudo aponta que os programas de emprego poderiam desequilibrar o mercado de trabalho, ao elevar a média dos salários. “Porém, é necessário avaliar que o equilíbrio nem sempre é benéfico: às vezes, trata-se de uma situação equilibrada em que poucos têm emprego”, afirma Zepeda.

6. MDS reúne em Brasília gestores estaduais do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 14/08/2007

Desde o final de 2005, o Governo Federal faz repasses de recursos financeiros para apoiar os estados na implementação e gestão do programa Bolsa Família. Foram traçados planos de ação para a utilização destes recursos e a posterior prestação de contas. No entanto, dificuldades no cumprimento das atividades previstas forçaram a ampliação dos prazos inicialmente definidos para a prestação de contas estaduais. Em busca de soluções para esse e outros problemas, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou, nesta terça-feira (14/08), em Brasília (DF), a primeira oficina com coordenadores do Bolsa Família nos sete estados do Norte – Pará, Acre, Amazonas, Amapá, Tocantins, Rondônia e Roraima.

Na reunião, os principais problemas apontados pelos coordenadores estaduais dizem respeito a processos licitatórios de contratação, cadastramento de populações tradicionais e emissão de documentos. Uma das dificuldades colocadas pelos participantes foi o entendimento das áreas jurídicas e financeiras em relação aos procedimentos de repasse financeiro pelo Fundo de Estadual de Assistência Social (FEAS).

Segundo a coordenadora geral de Integração do Departamento de Gestão do Bolsa Família, Camile Mesquita, o encontro foi um importante meio para troca de experiências entre coordenações estaduais e o MDS. “A realização da oficina foi fundamental para sanar

dúvidas sobre execução das atividades que foram colocadas no plano de ação em relação à atualização cadastral do programa Bolsa Família e do Cadastro Único”, explica Camile.

De acordo com a coordenadora, o objetivo da oficina é fazer com que os coordenadores regressem aos seus estados com maior poder de argumentação e articulação. “É uma oportunidade de estados e municípios com as mesmas características aprenderem com as experiências dos demais. Outra meta é que se fortaleça a coordenação estadual do Bolsa Família em cada estado”, afirma Camile.

Durante o encontro, os gestores estaduais foram informados sobre o cadastramento das comunidades remanescentes das populações quilombolas no Amapá. A intenção é cadastrá-las para que, desse modo, tenham acesso ao Bolsa Família. Para a coordenadora estadual do Cadastro Único no Estado, Patrícia Silva, com os esclarecimentos recebidos durante o encontro, espera-se resolver a questão nas comunidades quilombolas: “Já identificamos 22 comunidades e, destas, 10 são reconhecidas. É de suma importância trocarmos informações com os estados do norte para podermos compartilhar experiências de êxito”.

7. 1,4 milhão deixa o Bolsa Família em três anos – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Especial - 14/08/2007

Silvia José da Silva Conceição tem 46 anos, mora em uma pequena casa no município de Formosa (GO), distante 86 quilômetros da capital federal. Ela convida para entrar em sua casa, diante da qual está estacionado um velho Opala preto, "porque o sol das três da tarde é muito quente na nossa cabeça". Na pequena residência, com piso de cimento queimado, paredes de reboco e instalações elétricas à mostra, estão penduradas na parede as fotos da família. Além de dona Silvia e o marido, moram no mesmo recinto dois filhos (um de 19 e outro de 14 anos), uma filha (de 17 anos), um neto de 11 meses, e a mãe, que está passando uma temporada por lá.

As sete pessoas sobreviviam até bem pouco tempo atrás com o Bolsa Família de R\$ 65 e mais o salário do marido, que recebe por serviço prestado. Parece pouco, mas, segundo ela, dava para comprar material escolar para o filho mais novo, comida para todos e até o gás para cozinhar os alimentos.

Nos últimos dias, Silvia surpreendeu os coordenadores do Bolsa Família da cidade goiana de 100 mil habitantes. Espontaneamente, ela foi até a prefeitura e devolveu o seu cartão de beneficiária do programa social do governo federal. "Era um dinheiro que me ajudava muito, mas eu vejo pessoas que precisam mais dele do que eu", diz.

A decisão de dona Silvia foi tomada após a filha conseguir um emprego de babá. "Ela ganha uns R\$ 70 por mês, mas pode chegar a uns R\$ 100, quando os patrões precisam dela no fim-de-semana." O filho mais velho também conseguiu um meio de obter renda, embora de uma maneira menos segura - ele trabalha com reciclagem. "Não deu valor para os estudos. Pelo menos, está trabalhando", afirmou ela. Discretamente, pergunta para a coordenadora do programa social, Eni Kátia, se o filho caçula dela poderia entrar em algum programa da prefeitura. "Tenho medo que ele siga o mesmo caminho do mais velho, não está querendo estudar muito, não", lamenta.

A história incomum de dona Silvia, que deixou voluntariamente o programa, é quase um traço nas estatísticas do governo federal. A secretária nacional de Renda e cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Rosani Cunha, diz que entre

2004 e 2007 quase 1,4 milhão de famílias deixaram o programa Bolsa Família - outras 514 mil estão com os benefícios bloqueados temporariamente. Do total de 1,4 milhão de famílias que perderam o benefício, 667 mil (47,70%) possuíam renda superior ao exigido pelo MDS, mas ela reconhece que não há como definir, entre essas famílias, quais melhoraram de vida com o Bolsa Família e quais praticaram fraudes ou estavam recebendo o benefício por falhas de cadastramento.

Para ter direito ao benefício básico, reajustado este mês para R\$ 58 - era R\$ 50 - é necessário que os membros da família tenham renda per capita de até R\$ 60. Se na casa houver menores de idade, cada um deles tem o direito a uma bolsa, classificada como variável, de R\$ 18 (era R\$ 15 anteriormente) até atingir a maioridade. Quando a renda per capita oscilar entre R\$ 60 e R\$ 120, as famílias passam a ter direito apenas ao benefício variável.

Os problemas identificados pelo MDS para definir os critérios de bloqueio ou cancelamento do benefício vão desde duplicidade cadastral, não localização da família no endereço especificado no Cadastro Único, até renda per capita superior ao estabelecido pelo programa.

Nos dados do MDS, constam que apenas 2,48% das famílias que tiveram seus benefícios cancelados nos últimos três anos - o que representa 34.745 famílias -, foram espontaneamente aos núcleos regionais do Bolsa Família pedir a suspensão do pagamento do benefício. Em Formosa, das 6 mil famílias que recebem o Bolsa-Família, 2 mil tiveram o benefício cortado em um recente pente fino da prefeitura. Apenas três devolveram o cartão por achar que não precisam mais dele. "Você não imagina a quantidade de gente que vem aqui, todo o dia, reclamar que teve o benefício cortado. E olha que tem famílias que não precisam e, assim mesmo, reclamam", confirma a coordenadora do Programa Bolsa Família em Formosa, Eni Kátia.

Ela cita algumas histórias curiosas, como de uma beneficiária que perdeu o benefício por ter uma renda superior à exigida pelo governo federal. Com raiva, ela foi até a Secretaria de Promoção Social e Trabalho do município para protestar. Uma assistente social marcou, então, uma visita à residência da reclamante. Ao chegar no local, foi informada de que não poderia ser atendida porque a dona da casa estava fazendo escova no cabelo. Retornou à secretaria. Dias depois, a ex-beneficiária reclamou mais uma vez pessoalmente, questionando a ausência dos responsáveis pela fiscalização. "Nós fomos lá e disseram que a senhora estava fazendo uma escovinha", disse a coordenadora. Ao que a mulher completou: "O que é que tem? Quem recebe Bolsa Família não pode fazer escovinha, por acaso"?

A artesã Cleonice Pereira do Rosário, 39 anos, mãe de três filhos e separada do marido, recebia R\$ 45 do Bolsa Família. O ex-companheiro pagava uma pensão de R\$ 100 para cada uma das crianças, o que ajudava no orçamento familiar. No fim do ano passado, o ex-marido morreu e, a partir de fevereiro deste ano, Cleonice passou a receber uma pensão de R\$ 1,5 mil. "Em março devolvi meu cartão, não fazia mais sentido permanecer com ele", justificou. Ela admite que poucos fazem isso, porque o benefício acaba gerando dependência. "O governo deveria dar algum tipo de trabalho ou curso para as pessoas, cobrar algum tipo de cooperação. Elas acabam se acomodando, esperando apenas chegar o dia de receber o dinheiro", sugeriu.

Osmarina Marques Ribeiro tem 34 anos, dois filhos e, com o casal, mora ainda um filho do primeiro casamento do marido. Durante dois anos, ela foi uma das beneficiárias do Bolsa Família. Começou ganhando R\$ 45 e depois teve o benefício reajustado para R\$ 95.

Passou no concurso para Serviços Gerais da Secretaria de Saúde de Formosa, com salário de R\$ 441, mais um adicional de insalubridade. Subiu de vida, deixou o programa. "Já estou trabalhando, não preciso mais." O marido trabalha como soldador em uma oficina mecânica. Animado com a estabilidade funcional da esposa, pensa até em arriscar-se em um negócio próprio, sempre na área de lanternagem. "Deve ter gente mais necessitada do que eu por aí", completou.

8. Cruzamento de dados vai possibilitar fiscalização mais rígida – Paulo de Tarso Lira – Valor Econômico – Especial -14/08/2007

A secretária nacional de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Rosani Cunha, defende a qualidade do Bolsa Família como projeto de inclusão social. Apesar de reconhecer que, materialmente, ainda é impossível identificar a razão dos que saem do programa, quem de fato ascendeu socialmente ou quem estava fraudando o programa e agora foi descoberto, ela aposta em mecanismos de fiscalização mais rígidos.

Rosani lembra que uma das dificuldades iniciais era a multiplicidade de cadastros, já que o Bolsa Família é fruto da unificação de uma série de programas sociais nascidos no governo Fernando Henrique Cardoso e que foram mantidos no primeiro ano da gestão Lula.

"Com a unificação dos nossos dados, passamos a fazer um cruzamento com o Relatório Anual de Informações Sociais (Rais), produzido pelo Ministério do Trabalho", explicou Rosani. Por ele, é possível obter dados de quem ingressou formalmente no mercado de trabalho no último período. Em outros mecanismos de cruzamento - como o caso da artesã Cleonice Pereira do Rosário, que devolveu o cartão porque passou a receber uma pensão de R\$ 1,5 mil -, a consulta teria de ser feita no Ministério da Previdência, para verificar se não há superposição de benefícios governamentais.

Todas essas informações precisam contar com o auxílio das prefeituras, responsáveis pelos cadastros dos beneficiários nos diversos municípios do país e pelos dados enviados ao MDS. "As coisas estão melhorando, mas ainda precisamos contar muito com a honestidade das pessoas", admite a coordenadora do Bolsa-Família no município de Formosa Eni Kátia. "Se elas não nos informam, muitas vezes não ficamos sabendo das mudanças", completa a coordenadora.

Mesmo assim, Rosani aposta no programa. Lembra que além do pagamento do benefício, o Ministério do Desenvolvimento Social vem procurando firmar parcerias com outras áreas do Executivo, integrando as políticas de governo. "São ações complementares", explicou Rosani, citando um pensamento do economista indiano Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia de 1998. "Para que as pessoas possam sair da pobreza, elas têm de desenvolver várias competências."

Entre esses processos de integração, Rosani destaca a parceria com o Ministério da Educação, que obriga a frequência à escola dos dependentes do Bolsa Família. E o estabelecimento de vínculos com o Ministério do Trabalho para estimular a formação de incubadoras de inclusão produtiva, desenvolvidas em universidades e cooperativas destinadas à produção de alimentos, vassouras, espanadores e serviços de limpeza em geral. Outras parcerias acontecem com as próprias prefeituras, com o Sebrae e o Pronaf, por exemplo. "O Banco do Nordeste tem feito um trabalho bastante interessante de acelerar a liberação de microcréditos voltados para a produção agrícola familiar".

A secretária nacional de Renda e Cidadania lembra ainda que o trabalho de retirar famílias da faixa de pobreza é lento e gradual. Segundo ela, algumas famílias precisam apenas de um pequeno estímulo, enquanto outras encontram-se em um nível tal de desigualdade que esse resgate torna-se um trabalho de longo prazo. "No Nordeste, por exemplo, o dinheiro repassado por nós representa, em média, 41% da renda familiar. No Brasil, esse percentual é de 36,8%."

Rosani cita ainda que o orçamento do Bolsa Família representa apenas 0,3% a 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e significa, citando um estudo dos economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Serguei Soares, Fábio Veras e Marcelo Medeiros, uma redução de 21% na desigualdade social brasileira. "Podemos encontrar dificuldades, mas podemos afirmar também que o Bolsa Família está, de fato, chegando às famílias mais pobres do país." (PTL)

9. Bolsa Família inspira República Dominicana – PNUD Brasil - SARAH FERNANDES - da PrimaPagina, Santo Domingo, 16/08/2007

A República Dominicana deve incorporar um sistema de comunicação que usa satélites e internet via rádio similar ao usado no Bolsa Família brasileiro. O dispositivo possibilita o débito de cartões magnéticos de programas de transferência de renda em regiões em que não há energia elétrica ou telefone, como o que funciona em municípios isolados do Norte e Nordeste do Brasil. Com a tecnologia, o governo dominicano planeja dobrar até o ano que vem o número de pessoas atendidas pelo principal programa do tipo no país, chamado **Solidariedade**.

“Quando se usa um cartão de crédito, a empresa responsável é comunicada sobre o quanto deve pagar ao comércio por um sistema que utiliza linha telefônica. Em locais sem essa estrutura, a comunicação pode ser feita via satélite ou rádio”, afirma Nina Farnese, técnica do projeto pela Caixa Econômica Federal, uma das entidades que faz parte do acordo de cooperação técnica assinado entre os dois países. Participam também, além do governo federal dominicano, o Ministério das Relações Exteriores e o PNUD.

Com o sistema, o programa dominicano, que hoje atende cerca de 200 mil famílias, poderá aumentar seu alcance justamente entre os que mais precisam. “As cidades mais distantes têm um percentual maior de pessoas dentro do perfil de beneficiários”, ressalta a técnica. Em 2004, 107 em cada mil dominicanos possuíam linha telefônica, segundo o **RDH (Relatório de Desenvolvimento Humano) 2006**, publicado pelo PNUD. No Brasil, essa proporção era, no mesmo ano, de 230 por mil, enquanto na Suíça era de 708 por mil.

A parceria compreende ainda o auxílio brasileiro na modernização do sistema de cadastros das famílias e na troca de informações entre instâncias governamentais. A distribuição do benefício na República Dominicana é feita por três órgãos diferentes: um responsável por inscrever as famílias, outro pela seleção dos beneficiários e outro pela distribuição. “Nossa sugestão foi criar uma espécie de rede que interligue os dados, permita atualização constante e preserve a segurança das informações, semelhante a utilizada no Brasil”, diz Nina.

O programa dominicano é composto por duas iniciativas: o Comer é Primeiro, que transfere o equivalente a R\$ 250 mensais para a compra exclusiva de alimentos; e o Incentivo a Assistência Escolar, que repassa cerca de R\$ 300 bimestrais para compra de materiais para escola. Têm direito ao benefício as famílias consideradas pobres pelo governo — cerca de um milhão, segundo a Caixa Econômica Federal.

Para receber a verba, elas precisam cumprir algumas exigências: o titular do benefício deve participar de atividades de capacitação oferecidas pelo governo sobre economia doméstica, nutrição, higiene, saneamento, entre outros temas; as crianças com idades entre 6 e 16 anos devem estar matriculadas na escola; e o calendário de vacinação dos menores de cinco anos deve ser cumprido. Além disso, todos os membros da família devem ter documentos de registro civil.

Uma missão do Brasil visitou a República Dominicana duas vezes para firmar o acordo de cooperação técnica, conhecer o projeto e propor sugestões. No começo de setembro, membros do governo dominicano devem visitar o país para conhecer as propostas e as atividades dos programas de transferência de renda brasileiros.

10. Lula: elite critica Bolsa Família e não a 'de doutor' – O País – O Globo – 17/08/2007

BELO HORIZONTE e BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a elite brasileira por falar mal do Bolsa Família, mas, segundo ele, achar normal pagar bolsa de U\$ 2 mil para doutores fazerem cursos no exterior.

Lula disse que tem gente no Brasil que fica horrorizada quando o governo atende aos mais necessitados. O Brasil, disse, era governado por uma pequena elite que tinha acesso a universidades públicas e que agora critica o programa Bolsa Família: — Tem gente que critica o Bolsa Família como um programa assistencialista, porque estamos dando o direito de os mais pobres comerem. Essas mesmas pessoas que criticam o Bolsa Família não criticam uma bolsa de U\$ 2 mil para um doutor se formar no exterior. Não é um contra-senso? Nós temos de cuidar da sociedade como um todo, mas temos de cuidar dos mais pobres em primeiro lugar.

O governo federal prevê gastar pelo menos R\$ 124 milhões, neste ano, para custear a pós-graduação de 4.400 bolsistas no exterior. O dinheiro cobre passagens aéreas, taxas escolares, seguro-saúde e o auxílio-instalação, além da bolsa propriamente dita de US\$ 1.100 mensais, nos cursos de doutorado, e US\$ 2.000, nos de pós-doutorado. Todos os países importantes do mundo financiam os estudos de seus principais cientistas, e fazem grandes investimentos em ciência e tecnologia.

Lula fez o discurso ao inaugurar, em Congonhas (MG), a 87 quilômetros de Belo Horizonte, a Unidade de Ensino Descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Ouro Preto, ao custo de R\$ 2,43 milhões.

Animado com a platéia formada, em sua maioria, por crianças e adolescentes, Lula lembrou da época em que se matriculou na escola técnica, levado pela mãe, e de como a

profissão de torneiro mecânico o levou de sindicalista a fundador do PT e a presidente da República.

Lula disse que, antes de sua eleição, o país foi governado por presidentes que cursaram universidades, mas não se preocupavam com o ensino superior. Ele afirmou que seu governo é o que faz mais investimentos na educação. Disse que pretende, em oito anos de governo, implantar 214 escolas técnicas no país.

11. Bolsa Família transforma vida de ex-doméstica no interior de Goiás – Sítio Eletrônico do MDS – 17/08/2007

Douglas Márcia de Oliveira trabalhou como empregada doméstica até os 31 anos e criava os dois filhos com muitas dificuldades. Não tinha onde deixar as crianças e sofria ao ver o rebento mais novo ter diversas convulsões, sem dinheiro para pagar o tratamento do menino. Em 2004, Douglas se tornou beneficiária do Programa Bolsa Família e, junto com a renda de R\$ 80,00 recebida do Governo Federal, passou também a se empenhar e fazer cursos em Jussara (Goiás). Frequentou aulas de manicure, cabeleireira, corte e costura. Descobriu que tinha afinidades para bordar. Nesse momento, surgiu a idéia de trocar de profissão. Ela comprou uma máquina de costura e iniciou a própria produção.

Atualmente, a ex-empregada doméstica tem uma mini-confecção de lingerie em casa e expõe os seus produtos na Feira Municipal de Jussara. Ela trabalha com outras 26 mulheres no negócio e já consegue ganhar até um salário mínimo com a venda das peças. Com o dinheiro recebido, Douglas compra material escolar, paga as consultas médicas e os remédios do filho. “O Bolsa Família foi o incentivo para eu mudar de vida e de profissão. Continuo a receber o benefício porque a produção é artesanal e o lucro ainda é muito pouco”, comenta Douglas.

A goiana não esconde a satisfação ao dizer que era empregada doméstica e hoje vende os seus bordados para os sacoleiros e nas feiras da região. Segundo ela, cada peça é vendida por R\$ 20,00. Douglas também é presidente da Associação Jussarense de Modas e Acessórios (Juma) e já sonha em expandir os negócios e vender produtos em outras regiões do País.

A costureira atribui o seu sucesso ao Programa Bolsa Família e se orgulha muito de ter mudado de vida. “Me sinto muito bem por conseguir pagar as despesas da casa, comprar os materiais escolares dos filhos e, ainda, ajudar no tratamento médico do meu menino”. O filho de Douglas tem 13 anos e sofre convulsões que o levam semanalmente ao hospital. A irmã do garoto tem 15 anos e ajuda a mãe nas tarefas da casa.

Assim como a família de Douglas, cerca de 11 milhões de lares brasileiros são atendidos pelo Bolsa Família. O programa transfere renda, com condicionalidades, para famílias que se encontram em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00).

12. Críticos do Bolsa Família aceitam bolsa no exterior, diz Lula - Ivana Moreira – Valor Econômico – Política - 17/08/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou ontem, em Congonhas do Campo (MG), mais uma unidade de ensino técnico e voltou a criticar a falta de investimento em ensino profissionalizante em governos anteriores. Segundo ele, até o fim do segundo mandato, terão sido inauguradas 214 escolas de nível técnico no país. Mais do que as 140 criadas no país em 97 anos, entre 1906 e 2002.

Os governantes que já tinham diploma universitário abandonaram o ensino profissional, acusou Lula. A inauguração da Unidade de Ensino Descentralizado (Uned) de Congonhas, uma obra de R\$ 2,4 milhões, foi pretexto para o presidente contar mais uma vez que o curso de torneiro mecânico no Senai mudou a sua vida.

Com o diploma nas mãos, Lula conseguiu emprego numa grande indústria e renda equivalente a quase quatro salários mínimos da época. "Fui o primeiro da minha família a ter tevê, a ter geladeira, a ter casa própria", contou no discurso para estudantes da região. "Eu sei o que significa a formação profissional, por isso nós vamos gastar."

O presidente reclamou das pessoas que criticam o Bolsa Família e não questionam a bolsa de US\$ 2 mil que o governo federal banca para "doutor estudar no exterior". Entusiasmado com a platéia pró-governo, Lula disse que não aceitará o preconceito e continuará gastando com os mais necessitados, garantindo que os pobres tenham escolas tão boas quanto às dos ricos.

Dirigindo-se aos jovens entre 15 e 20 anos, Lula advertiu que é preciso levar a sério os estudos para garantir uma profissão. "A preguiça de hoje será a desgraça de amanhã." Para as moças, o presidente deu conselho: "Mulher não pode casar e ficar dependendo do salário do marido." É preciso ter o próprio trabalho para não aguentar desaforo e se relacionar em igualdade de condições. A Uned de Congonhas oferecerá 1,1 mil vagas para os cursos de mecânica industrial, produção industrial e edificações.

À tarde, o presidente esteve em Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio, onde se irritou com o protesto de um pequeno grupo de manifestantes. Onze pessoas, entre professores e estudantes da unidade do Cefet de Campos, reclamavam da falta de condições de trabalhar e estudar na unidade, cuja ampliação foi inaugurada pelo presidente. Com narizes de palhaço e apitos, eles causaram irritação também no governador Sérgio Cabral e foram ironizados por Lula: "Sérgio, deixa eu te dizer uma coisa: nunca mais fique nervoso com o pessoal que protesta, porque esse pessoal é tão jovem e desprovido de consciência política que vem protestar usando nariz de palhaço. Daqui a pouco, vai ter um movimento dos palhaços contra esse gente".

O governador fluminense, antes de começar o discurso, deu uma bronca nos manifestantes. Ele pediu ao público que vaiasse os manifestantes: "São meninos pequenos-burgueses, exercendo o mau humor e reclamando de barriga cheia. Fiquem quietos e me deixem falar. É uma meia dúzia sendo vaiada pela multidão", disse, ao engrossar o coro de vaias contra os estudantes e professores. **(Com agências noticiosas)**

13. Programa atende 15% de libertados de condição análoga à escravidão – João Carlos Magalhães e Thiago Reis – Folha de São Paulo – Brasil – 18/08/2007

Bolsa Família é concedido só a 1.453 trabalhadores, apesar de promessa feita pelo governo em 2005. Acordo entre ministérios determina que libertado ganhe preferência e passe à frente de outros cidadãos que reivindicam o benefício. Um ano e nove meses depois de o governo federal ter assumido o compromisso público de incluir no Bolsa Família os trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão, 85% dos libertados ainda não receberam a ajuda. Um termo de cooperação foi firmado em dezembro de 2005 entre os ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social. Dos 9.338 trabalhadores resgatados cujos dados foram cadastrados pelo governo, apenas 1.453 (15%) foram incluídos no programa -outros 317 não se enquadraram nos critérios e não ganharam o benefício.

O anúncio do compromisso aconteceu no lançamento da campanha "Erradicação do Trabalho Escravo", com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília. Assinaram o acordo os ministros Patrus Ananias (Desenvolvimento Social) e Luiz Marinho (então no Trabalho, hoje na Previdência Social). A idéia era possibilitar que, uma vez liberto, o trabalhador tivesse uma renda mínima para poder procurar um emprego. Quando sua renda mensal ultrapassasse os R\$ 120, ele deixaria de ganhar o benefício. Para Patricia Audi, coordenadora do projeto de combate ao trabalho forçado da OIT (Organização Internacional do Trabalho) no Brasil, o valor dado impede que os trabalhadores aceitem emprego que possa levar a situação degradante.

"O Bolsa Família é uma das principais armas para evitar o aliciamento." Ela diz que não esperava que a promessa não fosse cumprida a curto prazo. Até setembro passado - quase um ano após o anúncio - os resultados eram piores. Nenhum libertado havia sido incluído no programa. Naquele mês, foi feita uma "instrução operacional" entre os ministérios. O documento especificava o que deveria ser feito para colocar em prática o acordo de dezembro de 2005. Só então a proposta deixou de ser uma promessa.

Segundo a lei que rege o Bolsa Família, cada município tem um limite de moradores que podem participar do programa. Normalmente, o número de famílias que se enquadram como possíveis beneficiárias ultrapassa esse limite. O acordo de 2005 já previa que os libertados ganhassem preferência. Eles podem "passar à frente" de outros que reivindicam o benefício. Assim, não correm o risco de, tendo o direito de receber o dinheiro, acabarem barrados. Além disso, o ministério faz uma busca para encontrá-los -diferentemente dos outros cidadãos, que têm de buscar o governo para se inscrever.

Hoje, o cadastro dos resgatados começa no momento da libertação. São os fiscais do Trabalho que recolhem os dados e os enviam ao Desenvolvimento Social, que os repassa aos municípios. Os valores a serem recebidos vão de R\$ 15 a R\$ 95 mensais por mês e variam de acordo com a renda da família e com o número de crianças.

Quem não recebe o Bolsa Família prometido por Lula

85% é o percentual de trabalhadores libertados não incluídos no programa

1.453 é o nº dos contemplados, dentre os 9.338 libertados incluídos em cadastro do governo

QUEM PODE GANHAR

Libertados de condições análogas à escravidão cujas famílias tenham renda inferior a R\$ 120 por pessoa

COMO É O PROCESSO

- 1** - No momento da autuação, o fiscal do Trabalho colhe dados do libertado e os passa para o Ministério do Desenvolvimento Social
- 2** - Prefeituras recebem os dados e incluem os trabalhadores no Cadastro Único para Programas Sociais
- 3** - Se o libertado se enquadrar nos critérios do Bolsa Família, é automaticamente incluído como beneficiário

14. 'Fome Zero original foi abandonado' - Moacir Assunção – Estado de São Paulo – Nacional – 19/08/2007

Assessor especial do presidente Lula para políticas sociais até dezembro de 2004 e seu amigo de muito tempo, Carlos Alberto Libânio Cristo, o Frei Betto, tem se revelado, nos últimos tempos, um ácido crítico do governo, embora ressalve não estar totalmente decepcionado com a administração federal. Recentemente, em artigo publicado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), questionou o interesse do governo no etanol em detrimento de outras fontes de energia, como a eólica. Na entrevista por e-mail a seguir, o frei, que lançou vários livros - entre eles o Calendário do Poder, no qual faz críticas a atuais e ex-membros do governo, como José Dirceu, Patrus Ananias, José Graziano e o próprio Lula -, lamenta a mudança no plano de ação do Fome Zero. Na sua opinião, o programa se restringiu ao Bolsa-Família, que ele considera meramente assistencialista, sem se preocupar em libertar as pessoas da pobreza. Ao mesmo tempo, sugere que o PT cobre, em seu congresso, as reformas prometidas por Lula, principalmente a agrária.

Como o sr. avalia o governo Lula na área social? - Há muitos aspectos positivos, como a elevação da renda dos mais pobres, comprovada recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Graças ao Bolsa-Família, há mais recursos circulando no interior do País e nas periferias, bem como maior frequência de crianças à escola. Porém, lamento que o projeto original do Fome Zero tenha sido abandonado. Previa-se que cada família beneficiária ficaria, no máximo, um ano e meio com direito de receber a renda da União. Tempo suficiente para que ela se emancipasse do programa e passasse a gerar a própria renda. Previa-se ainda uma ampla participação da sociedade civil, sobretudo através dos Comitês Gestores. Estes foram erradicados pelo próprio governo e, por sua vez, o Fome Zero ficou praticamente reduzido a um dos seus 60 programas de políticas públicas: o Bolsa-Família.

E nas questões ambientais, qual a sua opinião? Recentemente, o sr. criticou os chamados necrocombustíveis, como chamou o etanol. - Considero exemplar o desempenho da ministra Marina Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente. Mas é

preocupante saber que nos Estados do Amazonas e de Mato Grosso o índice do desmatamento ainda não tenha sido reduzido, ao contrário do que acontece em outros sete Estados amazônicos. Não descarto o etanol como fonte alternativa de energia ao petróleo. Repudio é o governo entregar o desafio aos usineiros, sem criar uma estatal - a exemplo do que fez Vargas ao criar a Petrobrás - para controlar o plantio da cana e a fabricação do etanol. E há que explorar outras energias alternativas, como a eólica e a solar, ampliando a hidrelétrica, antes de se falar em energia nuclear. Temo que a transformação de grandes áreas de plantio de alimentos em canaviais inflacione o preço da comida e favoreça a exploração do trabalho escravo e semi-escravo, como ocorre. É também importante discutir o luxo do transporte individual e investir no coletivo de qualidade.

O sr. está decepcionado com o governo Lula nesta ou em outras questões? - Minha avaliação do governo, entre aplausos e críticas, está contida em dois livros recentemente lançados pela Editora Rocco: A Mosca Azul e Calendário do Poder. Não se trata de decepção. O Brasil e a América Latina são, hoje, melhores com Lula do que seriam sem ele. Contudo, espero mais deste governo. Espero o tanto que prometeu e se comprometeu em público: reformas agrária, tributária e política, maior investimento em educação e saúde e retomada do caráter emancipatório do Bolsa-Família, com reativação dos Comitês Gestores. E há muito a aplaudir: a política externa, o controle da inflação, o combate aos crimes de colarinho branco, o PAC, a defesa dos direitos humanos.

Qual é o futuro político do PT, na sua visão? O partido conseguirá eleger o próximo presidente? - O PT, às vésperas de seu Congresso Nacional, está diante de grandes desafios, como reduzir a crescente distância entre o petismo e o lulismo (evitando a peemedetização do PT); apurar, enfim, as denúncias de corrupção de alguns de seus dirigentes e militantes e punir os responsáveis; voltar a se sintonizar com os movimentos sociais; elaborar uma proposta de nação, evitando trocá-la por um projeto de eleição; redefinir-se como socialista e explicar o que isso significa; pressionar o governo Lula a cumprir suas propostas históricas, como a reforma agrária.

A que atividades o sr. tem se dedicado nos últimos tempos? Pretende desenvolver algum outro trabalho social no governo? - Se Deus quiser e a literatura me permitir, jamais voltarei ao poder público ou à iniciativa privada. O que faço hoje é o que pretendo fazer o resto da vida: escrever, evangelizar, assessorar movimentos populares. É o que me basta e me faz feliz.

15. Os mais pobres entre os pobres – Patrus Ananias – Folha de São Paulo – Opinião – 19/08/2007 (e Sítio Eletrônico do MDS – 20/08/2007)

A EXCLUSÃO assume muitas formas e se expõe em muitos lugares. Mas, aumentando a carga dramática da situação, não raro esse problema passa despercebido aos olhos de uma parcela da sociedade até que se torne uma espécie de "incômodo". Isso aconteceu, por longos períodos de políticas excludentes da história brasileira, em relação à formação de uma substancial população com trajetória de rua nos grandes centros

urbanos. São pessoas a quem não resta nada e que buscam em praças, ruas e avenidas as mais variadas formas de sobrevivência, dependendo da vontade alheia e, muitos, ainda convivendo com graves problemas de alcoolismo, sofrimento mental, violência. Por muito tempo foram tratados como invisíveis. À medida que o contingente de pessoas nessa situação tomou volume, a sociedade passou a clamar por uma solução rápida. Num primeiro momento, a reação mais conservadora e descompromissada foi a de "jogar" o problema para frente, resultando em atitudes higienistas em relação à cidade. Infelizmente vamos encontrar resquícios dessa prática vergonhosa.

Mas houve, sobretudo a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, boas experiências em prefeituras durante administrações mais sensíveis à questão social e que imprimiram novas perspectivas ao assunto.

Nós mesmos tivemos oportunidade de vivenciar isso em Belo Horizonte, quando assumimos a prefeitura e iniciamos, com a Pastoral de Rua, um trabalho com os catadores de papel que resultou na criação da Asmare (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável), que hoje é uma referência nacional e reconhecida internacionalmente.

Antes, esses trabalhadores enfrentavam todo tipo de desassossego, incluindo incêndios criminosos a galpões em que o material era estocado e muitos deles dormiam. Hoje, nenhum trabalhador ligado à Asmare vive na rua. Todos os filhos estudam. Eles conquistaram cidadania e lutam com propriedade por seus direitos. Não podemos permitir que os mais pobres entre os pobres sejam ainda mais humilhados. A rua é um espaço público e deve ser valorizado como tal. É um espaço de todos, local de encontro, do exercício da cidadania, do convívio pessoal de pobres e ricos. Retirar as pessoas da rua significa oferecer a cada uma delas alternativas de vida, oportunidades de trabalho, de moradia, condições de formar e manter estruturada uma família.

É inadmissível expulsá-las para outros lugares de nenhuma esperança e longe dos olhos de pessoas insensíveis ao sofrimento de seus semelhantes. É um trabalho que implica grandes desafios: resgatar a auto-estima e a dignidade de cada pessoa.

O tema é das grandes cidades, mas pede uma solução nacional na perspectiva de integração de políticas para atingir o problema como um todo.

No governo federal, estamos envolvidos na formulação de uma política nacional para esse segmento, sempre na linha de políticas públicas com caráter republicano, em parceria com os governos estaduais e municipais e buscando a participação de entidades da sociedade. Já realizamos, por exemplo, convênios com a Cáritas e com a Organização do Auxílio Fraternal (OAF).

Para combater a falta de informações sobre quem é a população de rua, um dos entraves à formulação de uma política nacional, vamos realizar em outubro uma contagem das populações em situação de rua de 60 cidades com mais de 300 mil habitantes. O objetivo é formular, a partir do estudo, políticas nacionalmente articuladas para esse

público, construindo iniciativas que contribuam para a inclusão dessas pessoas. É a primeira vez que o governo federal realiza esse tipo de levantamento que, até então, foi feito, por iniciativa de governos municipais em Belo Horizonte, no Recife e em São Paulo. "Que ao menos os mais ricos saibam que os pobres estão à sua porta e esperam os sobejos dos festins", conclama o papa Paulo 6º na encíclica "Populorum Progressio", sobre o desenvolvimento dos povos, escrita em 1967, apresentando a questão social ao mundo a partir da constatação do problema da desigualdade: "Os povos da fome se dirigem hoje, de modo dramático, aos povos da opulência".

Para alcançar o ideal de desenvolvimento integral e integrado, precisamos ter os olhos atentos a tantas faces da exclusão, sobretudo aos que, dentre os que mais precisam, são os mais pobres entre os pobres. Resgatando os ensinamentos do padre Lebreton, "o que conta para nós é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até chegar à humanidade inteira". Sempre na linha da opção preferencial pelos pobres.

16. O trabalho e as bolsas – Alba Zaluar – Folha de São Paulo – Opinião – 20/08/2007

BOLSAS DE estudo há muito são importante instrumento para projetos nacionais de ciência e tecnologia. Exigem dedicação exclusiva, produtos, investimento pessoal e o término bem-sucedido dos cursos vinculados às bolsas recebidas.

Muito diferente é o projeto Bolsa Família, que absorveu variadas políticas redistributivas compensatórias para beneficiar os menos favorecidos. Apesar de focalizado nas famílias de renda abaixo da linha de pobreza, sua abrangência e as exigências de matrícula e atenção à saúde para os filhos em idade escolar conectam-no com as políticas públicas universalistas da educação e da saúde. Seu caráter complementar, no entanto, fica claro nos resultados já obtidos, muito mais notáveis na segurança alimentar do que nos direitos civis, políticos e sociais universais.

Segundo Simon Schwartzman, o principal resultado do Bolsa Família é que as famílias pobres gastam o dinheiro recebido sobretudo na alimentação. Mas quase não há relação entre a bolsa e o desempenho escolar. Há uma pequena melhoria da frequência à escola em algumas regiões, provavelmente porque pode estar sendo dada, preferencialmente, às famílias com crianças que já estão na escola. E alerta para a especificidade inescapável de uma política educacional desvinculada da política de renda, como, por exemplo, a que contempla a oferta de reforço escolar, os cursos preparatórios, os investimentos na formação docente (voltamos às bolsas de estudo) e no equipamento escolar.

Mesmo na política de renda, os efeitos do Bolsa Família não alteram a distribuição paradoxal da renda no Brasil. Márcio Pochmann chama a atenção para o fato de que a redistribuição se deu no interior do rendimento do trabalho, ou seja, é intersalarial. Isso quer dizer que a conta da redistribuição, via instrumentos poderosos como o Bolsa Família,

cai no bolso do assalariado, e não dos verdadeiramente ricos. A renda dos proprietários, principalmente a dos rentistas proveniente do setor financeiro, cresceu mais rapidamente que a variação da renda nacional e, portanto, do próprio rendimento do trabalho. Daí o considerável encolhimento da participação do rendimento do trabalho na renda nacional: de 50% em 1980 para 39,1% em 2005. A sacrificada classe média, inexplicavelmente confundida com a "elite" pois inclui alta proporção de assalariados de escolaridade média, não pode estar satisfeita.

As bolsas oferecidas pelo Pronasci às "mães da paz" e aos "jovens vulneráveis" são ainda mais focalizadas, sem, porém, a definição clara dos beneficiáveis. Estão abertas a todo tipo de manipulação política local.

17. Coletiva divulgará perfil dos beneficiários do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 20/08/2007

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) divulga, **nesta terça-feira (21/08)**, o Perfil das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família. A apresentação das características sócio-econômicas da população de baixa renda atendida pelo programa será feita pela secretária nacional de Renda de Cidadania do MDS, Rosani Cunha, durante entrevista coletiva, às **10 horas**, no bloco C da Esplanada dos Ministérios.

O perfil mostra a situação de habitação das famílias, acesso dos beneficiários a saneamento básico, coleta de lixo e energia elétrica, entre outros. O programa transfere cerca de R\$ 820 milhões a 11 milhões de famílias por mês.

18. Beneficiários recebem Bolsa Família com reajuste – Sítio Eletrônico do MDS – 20/08/2007

Os beneficiários do Bolsa Família começam a receber, nesta segunda-feira (20/08), o pagamento de agosto com um reajuste médio de 18%, conforme variação do INPC entre outubro de 2003 – época da criação do programa – e maio de 2007. São cerca de R\$ 819,7 milhões transferidos a 10.956.436 de famílias em todos os municípios, uma diferença a mais de R\$ 126,7 milhões.

Esta é a primeira recomposição dos valores dos benefícios. O objetivo da correção é recuperar o poder de compra do programa de transferência condicionada de renda. Pesquisas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) - responsável pela execução do Bolsa Família - mostram que os recursos são destinados principalmente à aquisição de alimentos, material escolar, medicamentos e vestuário.

Com a recomposição do benefício, o menor valor passa de R\$ 15,00 para R\$ 18,00 e o máximo de R\$ 95,00 para R\$ 112,00, a partir deste mês. O valor médio nacional que era de R\$ 62,00 chega a R\$ 74,00. A alteração foi estabelecida pelo Decreto nº 6.157, publicado no Diário Oficial da União de 17 de julho.

A atualização dos valores elevou o benefício básico de R\$ 50,00 para R\$ 58,00, e o variável de R\$ 15,00 para R\$ 18,00. O MDS prioriza as famílias extremamente pobres, ou seja, aquelas com renda mensal per capita de até R\$ 60,00. Elas recebem o benefício básico mais o variável por filho de até 15 anos, limitado a três. Uma família nessa situação que tenha três filhos recebeu, em julho, um benefício de R\$ 95,00 e com o reajuste este valor passa para R\$ 112,00, em agosto.

As famílias consideradas pobres, ou seja, com renda mensal por integrante entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00, recebem apenas o benefício variável, limitado a três. Uma família pobre com três crianças, por exemplo, que recebia até agora R\$ 45,00 do Bolsa Família recebe agora R\$ 54,00, com a correção.

UF	JULHO		AGOSTO		Diferença entre ago/jul
	Famílias	R\$	Famílias	R\$	
AC	52.295	3.603.744,00	53.111	4.308.708,00	704.964,00
AL	339.056	22.232.021,00	340.226	26.213.854,00	3.981.833,00
AM	209.880	14.870.927,00	212.603	17.744.445,00	2.873.518,00
AP	32.537	2.295.317,00	32.788	2.721.559,00	426.242,00
BA	1.398.237	93.296.528,00	1.402.148	109.880.187,00	16.583.659,00
CE	880.480	57.994.260,00	881.750	68.242.580,00	10.248.320,00
DF	80.783	4.585.061,00	81.022	5.392.603,00	807.542,00
ES	188.038	10.904.468,00	188.294	12.866.864,00	1.962.396,00
GO	257.668	14.419.557,00	258.390	17.027.939,00	2.608.382,00
MA	723.845	51.490.565,00	725.062	60.664.109,00	9.173.544,00
MG	1.087.771	64.017.446,00	1.093.228	75.677.190,00	11.659.744,00
MS	110.780	6.428.167,00	111.220	7.616.257,00	1.188.090,00
MT	132.419	7.672.608,00	132.957	9.102.209,00	1.429.601,00
PA	524.921	37.628.717,00	526.611	44.443.773,00	6.815.056,00
PB	413.932	27.600.438,00	414.745	32.488.039,00	4.887.601,00
PE	874.434	57.597.009,00	880.951	68.174.887,00	10.577.878,00
PI	366.859	24.842.486,00	367.356	29.222.968,00	4.380.482,00
PR	426.459	23.804.039,00	427.995	28.073.133,00	4.269.094,00
RJ	461.333	27.910.898,00	473.888	33.802.069,00	5.891.171,00
RN	298.426	18.811.518,00	298.954	22.152.301,00	3.340.783,00
RO	95.079	6.216.110,00	95.537	7.357.957,00	1.141.847,00
RR	32.120	2.242.169,00	32.690	2.685.703,00	443.534,00
RS	413.610	24.664.952,00	415.198	29.127.550,00	4.462.598,00
SC	136.378	7.738.798,00	137.391	9.165.691,00	1.426.893,00
SE	185.930	12.679.742,00	186.858	14.972.024,00	2.292.282,00
SP	1.063.126	60.742.581,00	1.079.875	72.748.132,00	12.005.551,00
TO	105.502	6.663.333,00	105.588	7.856.140,00	1.192.807,00
Total	10.891.898	692.953.459,00	10.956.436	819.728.871,00	126.775.412,00

19. Perfil dos beneficiários mostra que Bolsa Família chega à população pobre – Sitio Eletrônico do MDS – 21/08/2007

De cada cem famílias beneficiárias do Bolsa Família, 36 têm acesso à rede pública de esgoto e 66 são atendidas pela coleta de lixo. A energia elétrica chega a 76% das residências incluídas no programa de transferência condicionada de renda. As características sócio-econômicas da população de baixa renda estão no *Perfil das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família*, divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nesta terça-feira (21/8).

A comparação das informações do Cadastro Único para Programas Sociais – base de dados usada pelo Bolsa Família – com as das famílias mais pobres do Brasil, identificadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), demonstra o acerto da transferência de renda para quem atende ao critério do programa (R\$ 120,00 *per*

capita/mês). A primeira parte do documento de 76 páginas apresenta esse cruzamento, que indica uma convergência nos resultados dos dois levantamentos. Nas páginas seguintes, o perfil traça uma comparação com os dados divulgados em 2005 e também aponta a situação sócio-econômica dos beneficiários em 2007.

As condições de vida das famílias são apresentadas por estado e por região. Além de mostrar que o Bolsa Família tem uma boa focalização na população de baixa renda, o levantamento pode servir como base para implementação de políticas públicas destinadas a esse segmento. “O perfil demonstra que o programa está chegando às famílias mais pobres do País, mas também que precisamos integrar o Bolsa Família a outras políticas públicas”, afirmou a secretária nacional de Renda de Cidadania do MDS, Rosani Cunha, durante coletiva.

Quanto à situação educacional, mais de 80% das cerca de 11 milhões de pessoas responsáveis pelo recebimento do benefício estudaram até a 8ª série do Ensino Fundamental, enquanto 16,2% se declararam analfabetas. A maior parte dos beneficiários – 69% - vive em áreas urbanas. Rosani Cunha considera importante haver esforços dos governos federal, estaduais e municipais para melhorar o acesso da população pobre a saneamento básico, a habitação e a escolaridade.

Embora a situação dos beneficiários demonstre precariedade no acesso aos serviços públicos, a comparação do perfil de 2005 com o de 2007 mostra que houve melhora nesse período. O abastecimento de água pela rede pública atinge, atualmente, 64,7% das famílias beneficiadas, contra 61,1% em 2005. O acesso médio aos serviços de escoamento sanitário passou de 33,9% para 36,4 entre as famílias inscritas no programa.

São 45,8 milhões de pessoas atendidas com a transferência de benefícios, que hoje variam de R\$ 18,00 a R\$ 112,00. O objetivo do Governo Federal ao enviar mais de 819,7 milhões/mês a essas famílias é erradicar a fome, a extrema pobreza e reduzir a desigualdade.

20. Um em cada quatro brasileiros está no Bolsa-Família - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007

O último levantamento do perfil da população atendida pelo programa Bolsa-Família, do governo federal, revela que o total de beneficiados chega a 45,8 milhões de pessoas. Como o País tem hoje cerca de 190 milhões de habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), isso significa que praticamente um em cada quatro brasileiros recebe auxílio do Bolsa-Família.

São 11,1 milhões de famílias atendidas desde junho de 2006. Boa parte é de crianças - entre zero e 15 anos, são 18,6 milhões de beneficiados. O Nordeste, região mais pobre do País, e segunda mais populosa, concentra a maior parte das pessoas atendidas: 22,6 milhões. O Ceará tem o maior número de beneficiários, 5,8 milhões, seguido de Minas Gerais, no Sudeste, com 4,8 milhões de pessoas.

Mesmo tendo grande penetração no meio rural, o programa concentra os benefícios nas áreas urbanas (69%) - e as mulheres, num total de 24,3 milhões, são a maioria dos assistidos pelo programa. Elas também chefiam a maioria das famílias, o que as torna, em

90% dos casos, receptoras legais do benefício. A estatística, no entanto, é reflexo de uma decisão de governo: mesmo em casas onde as mulheres são casadas ou têm companheiro, é para elas que o pagamento é feito.

Hoje, o Bolsa-Família tem um orçamento de R\$ 8,7 bilhões por ano para atender a 11,1 milhões de famílias. Mas o investimento deve aumentar em R\$ 400 milhões este ano e subir para cerca de R\$ 10 bilhões em 2008, depois que for aprovado o reajuste de 18,75% nos benefícios. A média atual por família, de R\$ 62 por mês, passará a R\$ 72 com o reajuste. Entre setembro de 2005 e março deste ano, o programa cresceu 48,7% em número de beneficiários - de 30,8 milhões para quase 46 milhões. O volume de famílias passou de 7,63 milhões para 11 milhões em março deste ano, uma evolução de 44%. As famílias com direito ao benefício não podem ter renda superior a R\$ 120 por mês e fazem jus a uma bolsa que varia de R\$ 18 a R\$ 112.

21. Dos beneficiados, 63,6% não têm esgoto tratado – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007

A maioria das 11,1 milhões de famílias atendidas pelo Bolsa-Família vive em casas de alvenaria, tem energia elétrica e uma renda mínima garantida. Mas a qualidade de vida continua imersa em um ambiente de pobreza. Boa parte mora em habitações sem água tratada, esgoto ou recolhimento de lixo. Entre os chefes dessas famílias, há pouco emprego e menos ainda escolaridade.

O Perfil das Famílias Beneficiárias do Bolsa-Família, divulgado ontem pelo Ministério do Desenvolvimento Social, mostra que o Estado conseguiu levar dinheiro aos mais pobres, mas não a infra-estrutura social. A maior parte das famílias do programa mora em zonas urbanas, mesmo que de municípios quase rurais. Boa parte, 61,7%, tem casa própria e a maioria, casas de alvenaria. Os barracos de papelão e madeirite aparecem em apenas 1% dos casos e as casas de taipa, em menos de 10%. A luz alcança quase 90% das residências - mesmo que, em alguns casos, de forma irregular, os “gatos”.

Esgoto, água tratada e coleta de lixo estão longe dessas casas. Um quarto dessas famílias bebe água sem nenhum tratamento, enquanto outros 38% apenas a filtram. A situação sanitária é ainda pior: 63,6% não têm redes de esgoto tratado. A maioria (26,7%) usa fossas rudimentares e outros 18% ainda convivem com esgotos a céu aberto. Apesar de a maioria das famílias ter recolhimento de lixo, já que vivem em zonas urbanas, 20,5% ainda têm que queimá-lo, e 10,7% o deixam a céu aberto.

“Já é um dado que temos deficiência em saneamento e precisamos de um investimento grande nessa área”, afirmou Rosani Cunha, secretária de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social. “E, se há um problema nessa área, é claro que está concentrado nos mais pobres. É um diagnóstico que tínhamos feito.”

Se a renda básica dessas famílias está garantida com a bolsa, o futuro está longe de ser promissor. A metade dos responsáveis pelos grupos familiares não tem nenhuma

ocupação fixa. Vive de trabalhos temporários. Apenas 2,8% têm emprego com carteira assinada e 0,1% dos que se dizem autônomos contribui para a Previdência Social. A situação de escolaridade também não contribui: 60% dos chefes de família são analfabetos ou têm só a 4ª série do ensino fundamental completa.

22. Muitos nem sabem de onde vem o dinheiro - Moacir Assunção e Paulo Darcie – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007

A paraibana Conceição Soares da Silva, de 43 anos - 28 dos quais em São Paulo - enquadra-se à perfeição no perfil dos atendidos pelo Bolsa-Família, programa que integra há um ano, junto com o Renda Mínima, da Prefeitura de São Paulo. Conceição, uma mulher pequena, precocemente envelhecida, que ainda mantém muito do sotaque nordestino de Tacima, distrito de João Pessoa, sustenta a família de cinco crianças com os R\$ 75 que recebe do programa federal e os R\$ 180 do municipal.

O marido, o pedreiro Boaventura, no máximo consegue fazer alguns serviços eventuais. Vítima de um acidente de trabalho, ele não pode pegar peso - o que, aliado aos seus 55 anos de idade, torna quase impossível conseguir um emprego formal. “Se não fosse esse dinheirinho, a gente passaria fome”, afirmou.

Conceição, o marido e os filhos, com idades entre 2 e 20 anos, vivem em uma casa simples, com paredes sem reboco, em um morro invadido no Jardim Elisa Maria, extremo norte da cidade. Em volta só há casinhas com tijolos vermelhos à vista, típicas da periferia, em outros morros que um dia foram verdes, praticamente nas franjas da Serra da Cantareira. Para chegar ao local, os moradores precisam subir uma escada encravada no morro, com pelo menos 40 degraus. Não há rede de esgoto nem coleta de lixo. A água nem sempre chega e a energia funciona na gambiarra.

DESCONHECIMENTO

Os R\$ 50 do Bolsa-Família são, por enquanto, a única fonte de renda de Meire Hellen Fernandes, de 26 anos, e de sua filha Kellen, de 1 ano e meio, mas ela teme que, a qualquer momento, possa deixar de receber o benefício, já que ele é concedido a pais de crianças de até 1 ano ou de filhos que freqüentam a escola. “Fui na lotérica pegar o dinheiro e a moça falou que estão cortando o dinheiro de quem tem filho com mais de 1 ano. Ainda não cortaram o meu, mas pode ser que da próxima vez não tenha nada para mim.”

Os vizinhos, da favela Parque São Jorge, nem sabem de onde vem o dinheiro, segundo o líder comunitário Cláudio Freitas. Meire conta que se cadastrou quando estava grávida de 7 meses, e só passou a receber o dinheiro quando sua filha estava com 6 meses. Ela procurou o berçário para poder deixar a filha e ter condições de trabalhar, mas não teve sucesso.

23. Desde 2003, 34 mil pessoas abriram mão do benefício – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007

Desde 2003, mais de 34 mil pessoas devolveram cartões do Bolsa-Família porque concluíram que não precisavam mais da ajuda. São só 2,5% do total de 1,4 milhão de famílias que nos últimos 3 anos tiveram o benefício cancelado, mas significam que uma pequena parcela consegue sair da dependência do Estado.

A maior parte dos cancelamentos ocorre porque a renda está acima do permitido (R\$ 120 per capita por mês). Desde 2003, 667.363 famílias foram excluídas por essa razão. Quando se suspeita de problemas, a primeira etapa é o bloqueio do benefício por seis meses. Se for confirmado, a família é excluída.

Hoje 514.073 benefícios estão bloqueados, 322,7 mil por suspeição de renda superior ao limite. Mas 84.460 estão bloqueados porque a família não cumpriu contrapartida, como manter filhos na escola. “Estamos caminhando para ter famílias com pagamento cancelado por não cumprirem a condicionalidade”, disse Rosani Cunha, secretária de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social. Segundo ela, a cada mês entram e saem cerca de 50 mil famílias. O Cadastro Único têm mais famílias que as 11,1 milhões que recebem o benefício.

24. Programa mantém popularidade de Lula - Carlos Marchi – Estado de São Paulo – Nacional – 22/08/2007

O impacto do Bolsa-Família na população de baixa renda, que foi essencial para a reeleição do presidente Lula, é agora um dos sustentáculos de sua popularidade, num efeito que deve ser duradouro e se manifestará em eleições futuras, analisam especialistas em pesquisas. O diretor da MCI Estratégia, Antonio Lavareda, prevê que as eleições de 2008 registrarão um crescimento das forças políticas que apóiam o governo no Nordeste.

Para especialistas, a popularidade de Lula se assenta num triângulo: o Bolsa-Família, o aumento do salário mínimo e a estabilidade da economia. Os dois primeiros inflaram a renda da população de baixa renda. O terceiro é entendido por ela de forma indireta: “Os pobres não votam em alguém porque a economia mostra fundamentos sólidos, mas pelo rebatimento que tem sobre sua vida”, explica Lavareda. “Todas as políticas públicas têm impacto sobre a vida do cidadão, mas ele é mais marcado pelas ações que melhoram objetivamente a sua vida”, diz Márcia Cavallari, do Ibope.

Ricardo Guedes, do Sensus, vê outros efeitos indiretos, como o ativamento das economias de regiões em que o Bolsa-Família tem muitos beneficiários. E assinala outro mérito do programa: “As populações se livram do velho assistencialismo patrocinado por políticos”.

25. Bolsa Família atende quase um em cada quatro brasileiros – Folha de São Paulo – DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Brasil – 22/08/2007

O Bolsa Família, principal programa de transferência de renda do governo, atende quase um em cada quatro brasileiros, segundo estudo divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social. De setembro de 2005 a março de 2007, o número de famílias atendidas cresceu 46,05%, passando de 7,6 milhões para 11,1 milhões.

Essa meta coincide com o número de domicílios pobres identificados na Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e corresponde a cerca de 45,8 milhões de brasileiros, ou 24% da população do país.

No período de quase dois anos, a clientela do Bolsa Família tornou-se ainda mais urbana. Foram incluídas no programa mais 2,7 milhões de famílias nas cidades. Um dos indicadores que mais chamam a atenção no estudo é o acesso a saneamento. Apenas 36,4% das famílias do programa têm acesso a sistema de esgoto.

26. Bolsa Família chega a 1 em cada 4 brasileiros - Demétrio Weber – O Globo – O País – 22/08/2007

Maior programa social do governo Lula, o Bolsa Família beneficia 45,8 milhões de pessoas, 24,2% da população brasileira. As mulheres, consideradas mais criteriosas ao usar o dinheiro, são 92,1% dos titulares da bolsa.

BRASÍLIA. Um em cada quatro brasileiros é beneficiado pelo Bolsa Família, revela estudo divulgado ontem pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O programa atinge 45,8 milhões de pessoas, considerando filhos, dependentes e cônjuges, o que equivale a 24,2% da população de 189,5 milhões de habitantes. O levantamento mostra que metade dos 11 milhões de beneficiários diretos não trabalha e que 33 mil contemplados têm diploma de nível superior.

O estudo “Perfil das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família” analisou dados do Cadastro Único, lista produzida pelas prefeituras com o nome, endereço, renda, número de filhos e outras informações sobre a população mais pobre de cada município. É com base no Cadastro Único que o ministério seleciona as famílias atendidas.

O governo prefere repassar os recursos, R\$ 819 milhões mensais, às mulheres, por entender que elas gastam o dinheiro de forma mais criteriosa e centrada no lar: 92,1% dos titulares são do sexo feminino. Dos 45,8 milhões de brasileiros contemplados, 22,5 milhões — 49% — vivem no Nordeste. Em todo o país, são 18,5 milhões de crianças e jovens até 15 anos.

O valor dos repasses varia de R\$ 18 a R\$ 112 por mês. O dinheiro é sacado diretamente por 11 milhões de famílias. Dos 11 milhões de beneficiários diretos, 56,2% são analfabetos ou não completaram a 4ª série.

Outros 24,6% terminaram, no máximo, a 8ª série, enquanto 12,3% chegaram ao ensino médio. O estudo diz que 0,3% dos contemplados tem “ensino superior ou mais”, o equivalente a 33.871 pessoas. Para os demais, não há informações sobre escolaridade.

27. Programa beneficia os mais pobres – Demétrio Weber – O Globo – O País – 22/08/2007

Conclusão é do ministério a partir de comparação com dados do Pnad

BRASÍLIA O ministério também comparou o perfil dos beneficiários do Bolsa Família com dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que levanta as condições de vida dos brasileiros. A conclusão foi que o Bolsa Família, diferentemente de outros programas sociais, atinge a parcela mais pobre da população. Entre os beneficiados, apenas 36,4% têm esgoto em casa. Em 2005, o percentual era menor: 33,9%.

— O perfil mostra que o programa está chegando às famílias mais pobres do país, mas também que precisamos integrar o Bolsa Família a outras políticas públicas — disse a secretária nacional de Renda de Cidadania do ministério, Rosani Cunha.

Acesso precário a serviços básicos - O levantamento mostra que é precário o acesso da população pobre a serviços básicos que têm reflexo direto na qualidade de vida e na saúde. Segundo o ministério, o abastecimento de água pela rede pública atinge 64,7% das famílias beneficiadas, contra 61,1% em 2005.

Para ter direito ao Bolsa Família, a renda familiar por pessoa deve ser de até R\$ 120 por mês. O programa foi lançado em outubro de 2003, unificando o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás — lançados no governo Fernando Henrique — e o Cartão Alimentação, concebido pelo Fome Zero. Desde 2003, a meta era atingir 11 milhões de famílias até 2006. Essa meta foi antecipada para junho de 2006, em plena campanha pela reeleição do presidente Lula. Em setembro de 2005, o Bolsa Família beneficiava 7,6 milhões de famílias, ou 30,8 milhões de pessoas.

O ministério vai iniciar, em outubro, a contagem dos moradores de rua de 60 cidades com mais de 300 mil habitantes. A idéia é levantar dados para políticas sociais focadas nessa população.

28. Perfil de beneficiados pelo Bolsa Família mostra que 69% estão na área urbana - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Brasil - 22/08/2007

Das 45,8 milhões de pessoas beneficiadas pelo programa de transferência de renda Bolsa Família, 64,7% têm abastecimento de água por meio de rede pública e 36,4% têm acesso a serviços de saneamento. Nesse universo de 11,07 milhões de famílias cadastradas em março de 2007, 66,2% das residências têm lixo coletado. A energia elétrica chega a 76,7% das casas. A ampla maioria (69,2%) dessa população carente está na área urbana. Segundo critérios de raça ou cor da pele, 59,9% dos beneficiários declararam-se pardos, 7,8% afirmaram que são pretos e 30,8% disseram que são brancos.

Essas são as principais informações reveladas pelo Perfil das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família, divulgado ontem pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). O governo estima que gastará R\$ 8,75 bilhões com o Bolsa Família este ano. O perfil, segundo o governo, mostrou discreta melhora percentual nos itens referentes ao abastecimento de água e saneamento. Em 2005, 61,1% das famílias cadastradas recebiam água da rede pública. Essa fatia passou para 64,7%. Quanto à rede de esgotos, 33,9% tinham o serviço em 2005. Neste ano, 36,4% são beneficiados.

A secretária de renda de cidadania do ministério, Rosani Cunha, destacou que o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), principal instrumento para identificar

as famílias mais pobres, teve sua qualidade ampliada. Em 2005, quase 315 mil respostas eram "sem informação". Em 2007, essa lacuna baixou para pouco mais de 14 mil. O público-alvo do Bolsa Família é o da faixa de renda mensal até R\$ 120,00 per capita. Os benefícios variam de R\$ 18,00 a R\$ 112,00.

Criado em outubro de 2003, o Bolsa Família vem sendo ampliado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em setembro de 2005, 7,63 milhões de famílias eram atendidas. Esse grupo saltou para 11,07 milhões de famílias. Segundo o ministério o programa contribui para a redução da pobreza entre os brasileiros. O coeficiente de Gini - medida para estabelecer a desigualdade - caiu de 0,593, em 2001, para 0,569 em 2004. Para o governo, isso significa que a concentração de renda baixou 4% nesse período.

A secretária afirmou que as informações do perfil do Bolsa Família permitem concluir que as pessoas beneficiadas estão se alimentando melhor, há redução da desnutrição e diminuição da pobreza e da desigualdade. O objetivo do governo, segundo Rosani, é aprofundar a integração do Bolsa Família com outras políticas públicas. Os exemplos citados foram os de aumento da escolaridade de jovens e adultos, geração de trabalho e renda, o Luz para Todos e também dar mais acesso a saneamento e habitação.

A comparação dos perfis de 2005 e 2007 mostrou, segundo o MDS, que o Bolsa Família está chegando aos mais pobres. "Estamos qualificando melhor o cadastro, mas também precisamos ampliar os esforços para que as famílias que tenham acesso à renda cumpram as condicionalidades, mas sejam apoiadas por outras políticas públicas", admitiu Rosani.

A articulação de políticas públicas federais, estaduais e municipais é, segundo a secretária do MDS, mais que uma intenção. Em 2005, apenas quatro municípios, entre 5.564, não assinaram a adesão ao Bolsa Família. Aderir significa compartilhar responsabilidades. Os prefeitos que assinaram receberam recursos para apoio à gestão, mas também têm desenvolvido uma série de ações.

Rosani comentou o exemplo do município gaúcho de Bagé, onde aumenta a escolaridade de jovens e adultos e a população carente tem acesso a cursos para melhorar o desempenho no Enem e no ProUni.

29. O Brasil do Bolsa-Família – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 23/08/2007

Parafraseando um sucesso de Frank Sinatra, de 1957, I have plenty of nothing, o presidente Lyndon Johnson comentou amargamente, em defesa do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que os negros americanos tinham muito de nada - e nada era muito para eles. No Brasil, se dizia algo parecido: "Para quem é, bacalhau basta." (À época, o pescado custava uma fração do que custa hoje.) É o que vem à mente quando se lêem, no Estado de ontem, as palavras de Conceição Soares da Silva, mulher de um pedreiro incapacitado, mãe de 5 filhos, moradora do paupérrimo Jardim Elisa Maria, no extremo norte paulistano. "Se não fosse esse dinheirinho, a gente passaria fome", diz ela dos R\$ 225 mensais que recebe, parte do Bolsa-Família (R\$ 75), parte do Renda Mínima, da Prefeitura de São Paulo.

Conceição está entre os 42,5 milhões de pessoas que formam a parcela mais pobre da população - algo como 22% do total. Ela também está entre os 45,8 milhões assistidos pelo Bolsa-Família, o equivalente a 24,1% dos brasileiros, ou 1 em cada 4. O alcance desse que é um dos maiores programas de transferência de renda do mundo é uma das informações constantes do Perfil das Famílias Beneficiárias do Bolsa-Família, divulgado na terça-feira pelo Ministério do Desenvolvimento Social, responsável por sua execução.

O documento impressiona não apenas por revelar a amplitude a que chegou o programa em um punhado de anos e a sua focalização em geral adequada - uma proeza nada desprezível considerando a extensão do território coberto, o formidável contingente alcançado e o histórico brasileiro de monumentais desvios de verba no assistencialismo tradicional.

Recente estudo do Ipea, por sinal, concluiu que 80% dos quase R\$ 8,8 bilhões desembolsados pelo governo aliviam efetivamente a situação dos 40% mais pobres entre os brasileiros. E, desde o advento do programa, a concentração de renda diminuiu 4% no País. Tais dados, porém, remetem apenas à ponta do iceberg do problema que deu origem a projetos do gênero no País, cujos pioneiros foram o falecido prefeito tucano de Campinas José Roberto Magalhães Teixeira e o governador então petista do Distrito Federal Cristovam Buarque. O relatório do Ministério, nesse sentido, suscita dois tipos de cogitações. O primeiro é que ser pobre em países como o Brasil - para não falar dos Estados falidos da África e do subcontinente indiano - é muito diferente do que ser pobre nas nações ao mesmo tempo mais desenvolvidas e menos injustas.

Numa Alemanha, por exemplo, ser pobre é ganhar menos euros do que os outros e, obviamente, consumir menos do que eles. Já aqui, é ser também iletrado ou analfabeto funcional, como são, no primeiro caso, 16% dos responsáveis legais pelo recebimento do benefício, e 40% deles, no segundo. É não ter acesso a bens públicos elementares nos dias atuais, como o esgoto tratado que falta a aproximadamente 2/3 das famílias incluídas no Bolsa-Família - e isso apesar do fato de o cliente típico do programa morar em cidades (69,2% do total).

A outra reflexão provocada pelo estudo do governo é a que se relaciona mais de perto com a frase do presidente Johnson, citada no início deste texto. Tão severa e tão múltipla é a penúria da população da base da pirâmide social brasileira que a ninharia proporcionada pelo programa assistencial é como se fosse uma cornucópia para os seus desvalidos receptores.

A bolsa se destina a famílias com renda mensal per capita inferior a R\$ 120. (A cada mês, informa a área federal, entram e saem do programa cerca de 50 mil famílias. Saem ou porque estavam indevidamente inscritas, ou porque não mantiveram os filhos na escola, a principal das contrapartidas exigidas, ou porque passaram a ganhar mais do que aquele teto). O valor do auxílio varia de R\$ 18 a R\$ 112; em média, é de R\$ 72, ou menos do que a quinta parte de um salário mínimo. Mas isso é o quanto basta para sustentar a extraordinária popularidade do presidente Lula.

Nem todos os bolsistas são necessariamente lulistas. Existem os que nem sequer sabem de onde vem o dinheiro. Mas o desempenho eleitoral do presidente no Nordeste decerto guarda íntima relação com o fato de que ali vive praticamente a metade dos destinatários do programa.

30. Uma revolução silenciosa muda a vida de milhões no Brasil e no mundo – Sítio Eletrônico do MDS – 23/08/2007

Políticas sociais podem ir além da assistência e se tornar instrumentos ativos de transformação social e econômica? O Brasil está demonstrando que sim. O Programa Bolsa Família, que conta com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial, é apontado como uma das principais razões para os importantes resultados sociais atingidos pelo Brasil nos últimos anos.

O Programa é uma iniciativa social inovadora do Governo brasileiro, e chega a 11 milhões de famílias, mais de 46 milhões de pessoas, grande parte da população de baixa renda do país. O modelo surgiu no Brasil há mais de uma década e vem sendo aprimorado desde então.

Famílias pobres com filhos recebem em média R\$ 70 em repasses diretos e se comprometem a manter as crianças na escola e a cumprir com diversos controles nos serviços de saúde disponíveis. Assim, o Bolsa Família tem dois importantes resultados: ajuda a diminuir a pobreza atual e ao mesmo tempo incentiva o investimento das famílias em seus filhos, rompendo o ciclo de transmissão e diminuindo a pobreza futura.

Embora o Bolsa Família seja relativamente pequeno em matéria de recursos se comparado com outros programas sociais brasileiros, como a Previdência Social, ele talvez seja o que tem maior impacto nas vidas de milhões de brasileiros de baixa renda. Para Dinalva Pereira de Moura, uma mãe beneficiária da favela do Varjão, DF, o Programa "foi uma coisa maravilhosa para mim e para minha família. Tenho três filhos e meu marido está desempregado. O Bolsa Família me ajuda a comprar comida. Às vezes até dá para comprar frutas para as crianças. Meus filhos sabem que quando a gente recebe o dinheiro eles terão mais para comer, e assim ficam bastante contentes. Eles também não deixam de ir à escola, pois sabem que o dinheiro depende disso".

A virtude do Bolsa Família é atingir uma parcela significativa da sociedade brasileira que nunca tinha sido beneficiada por programas sociais. Ele está entre os programas mais bem direcionados do mundo, chegando a quem realmente precisa dele.

Noventa e quatro por cento dos recursos chegam aos quarenta por cento mais pobres da população. Estudos comprovam que a maior parte do dinheiro é usado para a compra de alimentos, materiais escolares e roupas para as crianças.

Indicadores como esses fizeram com que o programa tenha contribuído de forma decisiva para a inédita redução da pobreza e da desigualdade ocorrida nos últimos anos. Historicamente, o Brasil sempre esteve entre os países com maior concentração de renda no mundo. Durante décadas, os 60% mais pobres da população tem recebido apenas 4% da renda nacional. Com o Bolsa Família e os seus antecessores, a desigualdade de renda medida entre 1995 e 2004 caiu quase 4,6%. Embora a desigualdade ainda seja muito alta, o Bolsa Família parece estar contribuindo para que o Brasil avance em um processo sustentado de diminuição.

O Banco Mundial está envolvido com o desenho e aperfeiçoamento do Bolsa Família desde seu início, em 2003. Para a Gerente do Programa pelo Banco Mundial, Bénédicte de la Brière, "o Banco aprendeu muito com nossos parceiros no Brasil nesse processo. Hoje ajudamos outros países a entender e adaptar as experiências do Bolsa Família e de outros programas".

O sucesso motivou adaptações em quase 20 países, como Chile, México e outros países no mundo inteiro como Indonésia, África do Sul, Turquia e Marrocos. Mais recentemente, a cidade de Nova York anunciou o programa "Opportunity NYC", de transferência condicional de renda, modelado no Bolsa Família e no equivalente mexicano. Esta é uma das raras ocasiões em que um país desenvolvido está adotando e aprendendo com experiências do chamado mundo em desenvolvimento.

Segundo Bénédicte, o desafio do Programa agora é aumentar ainda mais o impacto, incentivando a integração com outras ações em áreas como acesso ao mercado de trabalho, geração de renda, e apoio aos jovens para que completem o ensino médio, reforçando a capacidade dos municípios e dos estados nessas áreas.

Os resultados do Bolsa Família mostram que é possível enfrentar a pobreza e a desigualdade de forma sustentada, integrando milhões de pessoas à economia e à cidadania, sem abrir mão do desenvolvimento econômico.

Fonte: Banco Mundial

31. Faltam portas de saída para Bolsa-Família, diz especialista - Gabriel Manzano Filho – Estado de São Paulo – Nacional – 23/08/2007

O foco do Bolsa-Família é bom e a transferência de renda que consegue é mais eficaz que a de programas tradicionais. Mas o cerne da questão continua: o Bolsa-Família não tem capacidade de transformar a vida dos pobres. Essa é, em resumo, a avaliação do economista Marcelo Côrtes Néri, que dirige o Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, sobre os números divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a respeito do mais importante programa social do governo Lula.

O Perfil das Famílias Beneficiárias do Bolsa-Família revela que o programa já atinge praticamente um quarto da população do País. São, em números absolutos, 45,8 milhões dos 190 milhões de brasileiros. Mas, o estudo aponta, também, que metade dos responsáveis pelas famílias não tem ocupação fixa e só 2,8% têm carteira assinada. Faltam as "portas de saída", que deveriam resultar de políticas de emprego, de qualificação profissional ou da educação. "Esse é o maior desafio do programa", avalia Néri, um veterano estudioso da questão da pobreza no Brasil. Para ele, "é tempo de investir na qualidade, e não na quantidade dessas transferências".

O que significam os números do IBGE sobre o Bolsa-Família? Os dados comprovam, primeiro, que o foco do Bolsa-Família é bom, melhor que os programas de transferência de renda tradicionais, mesmo os que foram criados depois da Constituição de 1988. Mas, além disso, indicam também que se trata de um programa que não tem capacidade de transformar a vida dos pobres. Esse é o desafio maior que os organizadores

do programa enfrentam. Como afirmei em um recente estudo a respeito, o problema é que, uma vez interrompido o programa, a sua clientela volta ao status marginalizado original. Programas compensatórios não constroem por si portas de saída da pobreza: é preciso projetá-las, para que os pobres as abram.

Ter chegado a 45,8 milhões de famílias, o que representa praticamente um quarto da população brasileira, é uma boa coisa? Essa meta recém-atingida, de 11,1 milhões de famílias, suscita a pergunta de até onde ir com o programa. Acredito que ele chegou ao tamanho ideal de população e é necessário pensar em melhorar a qualidade, seja pela emancipação da pobreza ou por melhorias do cadastro. Adotar medidas como trocar os beneficiários pouco pobres pelos mais pobres. Seria necessário introduzir inovações que favoreçam o acesso dessas fatias mais pobres aos mercados. Isso seria criar portas de saída eficientes, através do que se poderia chamar de choque de capitalismo nos pobres.

Como atingir a essa meta? O caminho para isso seria colocar, sob um guarda-chuva integrado o conjunto de transferências governamentais, como aposentadoria rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), aos vários programas que são parte do Bolsa-Família. É hora de investir na qualidade, e não na quantidade, dessas transferências. Buscar uma maior unificação das diferentes ações sociais. Melhorar a qualidade do incentivo escolar para as pessoas que estão na faixa dos 7 aos 15 anos. E, na fase posterior de atuação do Bolsa-Família, criar não um incentivo ao primeiro emprego, mas uma segunda Bolsa-Família, melhorando os baixos níveis educacionais.

32. Bolsa Família cresce mais na cidade do que no campo – Folha de São Paulo – Brasil – 23/08/2007

O Bolsa Família, principal programa de transferência de renda do governo federal, avançou mais nas áreas urbanas nos últimos dois anos. De setembro de 2005 a março de 2007, o número de atendidos que moram em cidades cresceu 52,48%. No mesmo período, os atendidos que moram em área rural aumentaram menos, 47,46%. Foram incluídas no programa mais 2,7 milhões de famílias moradoras das cidades, onde os beneficiários passaram de 65,8% a 69,2% do total. Os dados são de estudo divulgado anteontem pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

O número de famílias atendidas cresceu 46,05%, passando de 7,6 milhões para 11,1 milhões. Hoje, quase um em cada quatro brasileiros é atendido pelo Bolsa Família. O número coincide com o de domicílios pobres identificados na Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e corresponde a cerca de 45,8 milhões de brasileiros, ou 24% do total da população do país, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O perfil do programa, no entanto, mostra que beneficiários mantêm outros elevados indicadores de pobreza. "Há uma sinalização clara de que é preciso integrar o Bolsa Família a outras políticas públicas de educação, saneamento e habitação, para que as famílias possam sair da situação de pobreza", disse Rosani Cunha, secretária do ministério responsável pelo programa.

Os indicadores que mais chamam a atenção no estudo são o acesso a saneamento básico e grau de escolaridade. Apenas 36,4% das famílias beneficiadas pelo programa têm acesso a sistema de esgoto. O saneamento básico avançou em ritmo lento: 2,5 pontos percentuais em dois anos. Atualmente, mais de 2 milhões de famílias lançam esgoto em valas ou a céu aberto. Também chama a atenção a baixa escolaridade dos titulares dos cartões do Bolsa Família, que geralmente é a mãe. A maioria -6,2 milhões de pessoas ou 56,2% do total- não passou da quarta série do ensino fundamental; os analfabetos somam 1,8 milhão. O percentual supera o de responsáveis que não trabalha: 51,2%.

Por outro lado, há dados que fogem da senso comum. Segundo o estudo, 63,5% dos atendidos moram em casa própria e 69,9% habitam em residências de alvenaria. Em quase quatro anos do programa, 1,4 milhão de famílias já tiveram o cartão do Bolsa Família cancelado, abrindo espaço a novos beneficiários ou fazendo o número total de pagamentos cair, nos últimos meses, abaixo da meta de 11,1 milhões de famílias atendidas. Em agosto, a folha de pagamentos fechou com 200 mil benefícios aquém da meta. Além dos benefícios cancelados, 514 mil encontram-se atualmente bloqueados, sob investigação, e poderão também vir a ser suspensos definitivamente. Segundo Rosani, há um processo permanente de ajuste de foco no Bolsa Família.

O principal motivo de suspensão dos pagamentos, segundo o ministério, é a identificação de renda acima de R\$ 120 mensais por pessoa da família, teto do programa. O ministério registra ainda o desligamento voluntário de cerca de 35 mil famílias, mas a maior parte dos casos refere-se a famílias convidadas a entregar o cartão por algum tipo de irregularidade, como a duplicidade no recebimento ou renda acima do teto.

33. Municípios investem em ações complementares para beneficiários do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 24/08/2007

Levantamento concluído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) aponta que 61% dos 2.633 municípios que responderam à enquete *online* desenvolvem ações complementares destinadas aos beneficiários do Bolsa Família. Os recursos repassados pelo Ministério desde abril de 2006 para aprimorar a gestão do programa permitiram que várias cidades iniciassem atividades de acesso ao micro-crédito produtivo orientado, geração de trabalho e renda, cursos de capacitação, alfabetização de adultos, entre outros.

Com o objetivo de conhecer o impacto do repasse financeiro aos municípios, por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), e identificar as ações implementadas, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS elaborou um questionário eletrônico, com 28 questões, que foi respondido voluntariamente pelos gestores municipais do Bolsa Família no período de 21 de novembro a 15 de dezembro de 2006.

A participação das Prefeituras correspondeu a 47,3% do total de municípios brasileiros. “Foi uma participação significativa dos municípios”, afirmou a diretora de Gestão dos Programas de Transferência de Renda do MDS, Camile Mesquita. A finalidade, acrescentou, foi tentar mapear o impacto do recurso na gestão municipal. “Descobrimos

que o IGD está ajudando no acompanhamento das famílias e no desenvolvimento de ações complementares”, observou a diretora.

Participaram cidades de todos os estados, permitindo que o Ministério mapeasse a aplicação dos recursos por áreas e o seu efeito na gestão do Bolsa Família. Além dos programas complementares, que vão possibilitar a emancipação das famílias beneficiárias, o repasse financeiro ajudou a melhorar o acompanhamento das condicionalidades do programa. Parte do montante repassado foi aplicada por 59% dos municípios para aprimorar as informações sobre as contrapartidas de saúde e da frequência escolar dos beneficiários.

Quase a totalidade dos municípios participantes do levantamento (93%) reforçaram que o repasse financeiro foi fundamental na melhoria da estrutura de gestão do Bolsa Família. Nesse item, merece destaque o investimento na aquisição de computadores (67%) e na melhoria do local de atendimento dos beneficiários (45%), tanto nas cidades de pequeno e médio porte quanto nas de grande porte. O IGD possibilitou ainda que 77% das prefeituras que responderam ao levantamento desenvolvessem atividades de acompanhamento das famílias do programa.

Com os recursos enviados pelo MDS, cerca de 80% dos gestores municipais identificaram, cadastraram e atualizaram os dados das famílias de baixa renda. O cadastramento e a atualização das informações são ações permanentes para grande parte dos municípios: 84% e 77%, respectivamente.

IGD - Em abril de 2006, o MDS criou o IGD para calcular o repasse de recursos, destinado a melhorar a gestão do Bolsa Família, levando em consideração a estimativa de famílias pobres e o desempenho de cada município. O cálculo mensal varia de acordo com a atuação das prefeituras no acompanhamento da frequência escolar, do atendimento dos beneficiários nos postos de saúde, na inclusão das famílias no Cadastro Único com todos os campos obrigatórios preenchidos e na atualização cadastral. Cada item representa 25% do IGD, que pode chegar a R\$ 2,50 por família.

O índice varia de zero a um e a gestão municipal que não atingir pelo menos 0,4 não recebe recursos. O MDS repassou desde abril até maio de 2007 um montante superior a R\$ 253,4 milhões aos municípios. O IGD referente a junho deste ano, enviado a 5.373 cidades que cumpriram os critérios, chegou a R\$ 18,5 milhões.

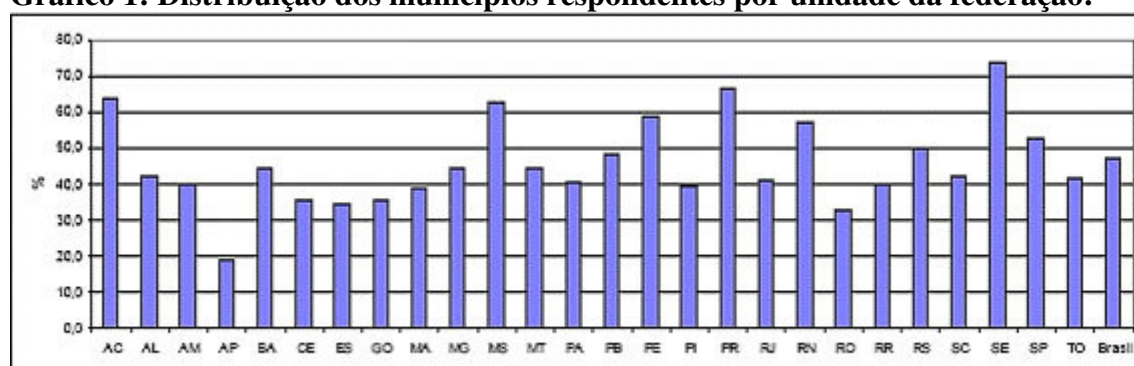
Iniciativas sobre ações complementares estão mudando a vida de beneficiárias em todos os cantos do País. Em Luminárias, por exemplo, município localizado na região Sul de Minas Gerais, cerca de 50 beneficiárias estão participando e administrando a Associação de Trabalho e Cidadania de Luminárias dos Beneficiários do Programa Bolsa Família.

O município de Boa Vista do Incra, no Rio Grande do Sul, está envolvendo os beneficiários do programa Bolsa Família em uma série de atividades de geração de trabalho e renda. Formosa, em Goiás, criou o Bolsa Digital para integrar jovens de baixa renda ao mundo virtual. Na Bahia, beneficiários trabalham na Cooperativa de Agentes Ecológicos de Lauro de Freitas.

Principais ações complementares desenvolvidas pelos municípios para beneficiários do Bolsa Família

	Porte			Total	%
	grande	médio	pequeno		
Alfabetização e educação de jovens e adultos	13	53	53	119	7,31%
Capacitação profissional	48	165	284	497	30,53%
Desenvolvimento comunitário e territorial	75	315	501	891	54,73%
Geração de trabalho e renda	36	102	186	324	19,90%
Acesso ao micro-crédito produtivo orientado	85	346	611	1042	64,00%
Outros	56	229	443	728	44,72%
Municípios respondentes	118	507	1003	1628	100,0

Gráfico 1: Distribuição dos municípios respondentes por unidade da federação:



Fonte: Senarc/MDS

34. Ajuda e emancipação – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 26/08/2007

O GOVERNO federal parece satisfeito com os resultados do Programa Bolsa Família (PBF). O talismã eleitoral de Lula cumpriu metas fixadas e atende hoje 11,1 milhões de famílias, beneficiando 1 em cada 4 brasileiros.

A marca é sinal do fracasso histórico das políticas de desenvolvimento no Brasil, que deveriam almejar a erradicação sustentada da pobreza. O relativo sucesso do programa em socorrer uma grande fatia da população em estado de emergência, com bônus eleitorais evidentes, reduz a visibilidade das críticas pertinentes quanto a seus limites. O estudo "Perfil das Famílias Beneficiárias do Bolsa Família", divulgado na terça-feira pelo governo federal, é mais um a demonstrar que o PBF tem impacto positivo para os mais pobres. Estima-se que tenha contribuído com cerca de 1/5 da melhora de 4% apurada no índice de Gini, medida usual de concentração de renda, entre 2001 e 2004.

O levantamento mostra ainda que a fragilidade nessa base demográfica não se limita à renda monetária insuficiente. São em geral brasileiros carentes também de acesso a serviços fundamentais de bem-estar, como saneamento: só 36,4% dos domicílios atendidos são ligados a rede de esgoto. Nada menos que 51% dos responsáveis legais declararam não trabalhar e ficam assim alijados do único meio para uma vida digna e autônoma.

Essa é a dúvida que sempre pairou sobre os vários sistemas de renda mínima testados no mundo desde os anos 1930, em particular na Europa: se o efeito de médio e longo prazos - sendo inegável o benefício imediato- sobre a emancipação dos miseráveis seria positivo. Não se trata de uma crítica ideológica, mesmo porque houve pensadores ultraliberais do quilate de um Milton Friedman entre os defensores das sistemáticas mais universalistas, que não vinculam a concessão à situação de penúria.

O próprio Bolsa Família contempla em parte essa preocupação com o resgate dos mais pobres para o mundo do trabalho. Faz isso por intermédio das chamadas condicionalidades do benefício, como a obrigação de crianças de 6 a 15 anos observarem 85% de frequência escolar mensal. Trata-se de criar condições para que essas crianças não se tornem bolsistas para sempre.

Iniciativas como o PBF devem ser temporárias. Durante sua vigência, cumpre manter controle rígido sobre os critérios, sob pena de agravar o caráter assistencialista do programa com as marcas da iniquidade e da fraude. Quem não cumpre os requisitos de renda, idade, frequência escolar ou monitoramento de saúde deve ser excluído da listagem; nesse sentido, a atualização apenas bienal do cadastro é um ponto vulnerável evidente. O risco de que o PBF caminhe no sentido oposto dos objetivos emancipadores não é trivial, em especial diante da alta rentabilidade eleitoral e da aparência de que resgata dívida social -quando atua mais como um paliativo, um anestésico dos conflitos.

Nenhum governante ou candidato parece ter incentivo para restringir o programa, pois isso depreciaria seu capital político e o obrigaria a enfrentar o verdadeiro desafio: frear a espiral de gastos do governo federal, modernizar as políticas de desenvolvimento regional e colocar a economia no rumo do crescimento sustentado -o que permitirá gerar os empregos necessários para a superação da pobreza em larga escala.

35. Valorização do mínimo diminuiu desigualdade – Cássia Almeida – O Globo – Economia – 27/08/2007

Eliana Maria Vidal vende produtos naturais e consegue faturar até R\$ 200 por mês trabalhando em casa. Está à procura de emprego com carteira assinada para ganhar R\$ 380 mensais, um salário mínimo, dinheiro que vai melhorar as contas domésticas. Para as famílias que rondam essa faixa de renda, foi exatamente isso o que aconteceu nos últimos anos. A valorização do mínimo, que no período de 1995 a 2005 teve um ganho real (acima da inflação) de 45%, contribuiu enormemente para a melhoria da distribuição de renda no país, uma das piores do mundo.

Segundo estudo inédito do diretor do Instituto de Economia da UFRJ, João Saboia, o mínimo foi responsável por 64% da redução do Índice de Gini, medida de desigualdade de renda (que varia de 0 a 1; quanto mais perto de um, mais desigual é o país). Em 1995, esse índice estava em 0,599 em relação à renda domiciliar per capita (a renda total da família dividida pelos membros). Em 2005, baixou para 0,564. Se não fosse a valorização do mínimo, o Gini teria caído apenas para 0,586.

— Há uma tendência de subestimar o benefício do mínimo na redistribuição de renda, afirmando que esse salário não atinge o mais pobre dos pobres, portanto com reflexos menores na redução da desigualdade. O estudo serviu para medir esse efeito e contrapor esse argumento — explicou Saboia.

Aumento teve pouco efeito na queda da pobreza - O economista desconsiderou a valorização do mínimo nas faixas de renda de meio a um salário e meio, levando em conta todos os ganhos: do trabalho principal, das aposentadorias e pensões, além de transferências e juros. Em todas as simulações, o mínimo tem participação decisiva na queda da desigualdade no mercado de trabalho e nas aposentadorias e pensões.

Esse efeito só é menos sentido nas transferências, basicamente o Bolsa Família, já que os rendimentos são muito baixos: — O grande efeito recai sobre o mercado de trabalho, que representa 76% da renda das famílias. O que vemos é que o salário mínimo age direto na melhoria da distribuição e, de forma secundária, na redução da pobreza. Já o Bolsa Família tem reflexo direto na pobreza e indireto na distribuição — afirma o professor da UFRJ.

Assim, valorizado, o mínimo passou a ser objeto de desejo, como no caso de Eliana. Casada com quatro filhos — Pablo Luiz, de 11 anos, as gêmeas Pamela e Paula, de 7 anos, e Peterson Luiz, de 4 anos —, ela está à procura de emprego e não de trabalho: — Tinha emprego com carteira assinada numa gráfica, mas o meu filho mais velho adoeceu e não consegui, no emprego, ser liberada para levá-lo ao médico. Tive que pedir demissão. O mínimo será bem mais do que ganho hoje — explica Eliana.

Mas esse efeito benéfico ficou no passado, de acordo com os estudos do economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV). Ele usou indicadores diferentes de Saboia. Enquanto o economista da UFRJ usou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), com abrangência nacional, mas com periodicidade anual, Neri lançou mão de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), restrita a seis regiões metropolitanas, mas divulgada todo o mês pelo IBGE:

— Desde 2004, o mínimo não tem impacto na redistribuição de renda no mercado de trabalho. Para ele, o grande instrumento de combate à desigualdade é o Bolsa Família. Ele cita o custo fiscal do mínimo, que é o indexador das aposentadorias e pensões do INSS e do benefício de prestação continuada (a concessão de um salário mínimo pela União aos que têm mais de 65 anos ou deficientes com renda familiar per capita) inferior a um quarto de um salário.

— O efeito do aumento do mínimo se dissipou ao longo do tempo, conforme ele foi aumentando de valor. Há consequências importantes com aumento da informalidade e do desemprego. Favorecer o miolo da distribuição de renda, com o mínimo, tem um custo fiscal muito alto, o que pode reduzir o crescimento econômico — diz Neri.

Para Saboia, os benefícios nas famílias é claro e a manutenção dessa política de valorização continuará a reduzir a desigualdade. A fórmula de repor a inflação e dar aumento real de acordo com o crescimento da economia é aprovada por ele.

— O peso do mínimo na redistribuição de renda vem diminuindo, mas ainda é muito importante. Essa fórmula é boa para fugir das oscilações políticas de como vêm sendo tratados os reajustes do mínimo.

Aos 21 anos, Bruno de Oliveira Saturnino trabalha desde os 14 anos, mas nunca viu sua carteira assinada. E um mínimo virá em boa hora, principalmente pela chegada em breve do primeiro filho.

— Quero casar e fazer faculdade de jornalismo: preciso me empregar logo — disse Saturnino, enquanto esperava sua vez na Central de Apoio ao Trabalhador, em São Cristóvão.

36. Bolsa Família teve impacto menor – O Globo – Economia – 27/08/2007

Medindo o efeito na queda da desigualdade dos programas de transferência de renda de Brasil, México e Chile, o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Sergei Soares, calculou que o Bolsa Família foi responsável por 21% da queda da desigualdade. Ele usou fórmula diferente do economista da UFRJ, João Saboia, e não calculou como o mínimo atuou nessa mudança.

Ele defende o mínimo como instrumento na redistribuição de renda, mas lembra que estudos mostram que altas excessivas podem levar, em pequena escala, a aumento de desemprego e informalidade: — É muito difícil medir esse efeito do mínimo. Mas sem dúvida é um bom instrumento, principalmente se o Orçamento da União for limitado. O mínimo age no meio da distribuição e o Bolsa Família entre os mais pobres e mais rapidamente.

Segundo ele, há espaço para valorização do mínimo sem efeitos colaterais. E mais espaço para reajustar o Bolsa Família — que tem no desestímulo ao trabalho um resultado indesejado: — O benefício ainda é muito baixo para causar isso e os valores podem aumentar bem.

Segundo Soares, o mercado de trabalho como um todo respondeu por 85% da queda da desigualdade.

Nessa conta, estão os efeitos da redução do hiato urbano-rural, a melhoria da qualificação da mão-de-obra com o aumento da escolaridade e a valorização do mínimo. Já a Previdência contribuiu com 32%. O estudo considera o período de 1995 a 2004.

Mesmo com cálculos diferentes, Saboia compara os efeitos: — O mínimo, em período bem semelhante, respondeu cerca de três vezes a mais na melhoria da distribuição de renda.

37. Bolsa Família, sim; CPMF, não! – Benjamin Steinbruch – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/08/2007

A DISCUSSÃO sobre a eliminação da CPMF exige serenidade e não pode se transformar em questão política. Ela é técnica -e assim precisa ser analisada. Em resumo, trata-se de saber se o governo tem ou não condições de eliminar esse tributo e ainda assim manter o equilíbrio das contas públicas, premissa da qual não se pode abrir mão. Defendi na semana passada, neste espaço, a idéia de que o país tem uma oportunidade singular, neste momento, de se livrar desse tributo, devido às excepcionais condições de caixa e às receitas orçamentárias previstas. Volto ao tema com o objetivo de acrescentar mais argumentos em favor da extinção do tributo a partir de 1º de janeiro de 2008. A CPMF é sabidamente um tributo de qualidade ruim. Foi criado para arrecadar recursos para a saúde, teve sua receita desviada para outros setores, seria provisório e virou

definitivo, impactou fortemente os custos da cadeia produtiva e impôs uma carga fiscal regressiva, ou seja, incide mais sobre aqueles que ganham menos. Mas não adianta agora discutir o passado. Temos de examinar o que ocorreria com as contas públicas se a CPMF fosse extinta.

Olhemos então para o futuro imediato. Levando em conta premissas do próprio governo federal, a arrecadação líquida nominal crescerá 12% no próximo ano, o que indica receita adicional de R\$ 60,5 bilhões em relação a 2007. Caso seja mantida, a CPMF será responsável por receita de R\$ 39 bilhões. Isso significa que, mesmo com a sua extinção, o governo federal ainda terá receita de R\$ 21,5 bilhões acima do valor obtido neste ano. No total, segundo trabalho feito pela Fiesp, a arrecadação líquida estimada para 2008, sem a CPMF, seria de R\$ 528 bilhões. Com despesas previstas em R\$ 498 bilhões, o superávit primário federal ficaria ainda em R\$ 30 bilhões, valor correspondente a 1,1% do PIB. Esses números mostram claramente que a oportunidade para extinguir esse tributo é real, podendo haver apenas redução do superávit primário. E mesmo o nível de superávit de 2007 (2,1% do PIB) poderá ser mantido em 2008, desde que se faça gestão mais eficiente dos gastos públicos, que resulte em economia de recursos da ordem de R\$ 20 bilhões. Esse resultado poderá ser alcançado, por exemplo, evitando-se o crescimento excessivo na conta de pessoal, encargos, previdência e outras despesas de custeio.

Uma das vantagens da extinção da CPMF é exatamente o fato de que isso forçará o governo a repensar a maneira de gastar, direcionando mais recursos para áreas importantes como saúde e educação e menos para dispêndios com folha de pagamento da burocracia. Não faz sentido arrecadar mais e gastar mal. O objetivo deve ser arrecadar mais e gastar bem.

O fim da CPMF, portanto, não implica o abandono de bons programas sociais, como o Bolsa Família. Há recursos para a sua manutenção em outras receitas da União e seu financiamento depende apenas de uma gestão eficiente.

A discussão sobre a CPMF tem caráter técnico. Reduzir a monumental carga tributária não é uma missão de governo e nem uma reivindicação da oposição. É demanda da sociedade -e pode ser atendida. Apesar do consenso existente a respeito disso, a carga tributária ainda teve crescimento de quase um ponto percentual no ano passado, atingindo 34,23% do PIB.

O presidente Lula e o Congresso Nacional têm pela frente uma oportunidade histórica: eliminar um tributo. Algo que, na expressão cunhada pelo próprio presidente, nunca se viu na história deste país.

BENJAMIN STEINBRUCH, 54, empresário, é diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, presidente do conselho de administração da empresa e primeiro vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

38. Brasil reduz a pobreza extrema pela metade – PNUD Brasil, TALITA BEDINELLI, da PrimaPagina - Brasília, 29/08/2007

O Brasil cumpriu, dez anos antes do prazo estabelecido pela ONU, a meta de reduzir pela metade a porcentagem de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema. Entre 1990 e 2005, caiu em 52% a proporção de brasileiros que ganham menos de 1 dólar PPC por dia (dólares por paridade de poder de compra, que elimina a diferença de custos de vida entre os países). A informação está na terceira edição do **Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2007**, divulgado nesta quarta-feira pelo governo federal.

Em 1990, 8,8% dos brasileiros ganhavam menos de US\$ 1 por dia; em 2005, o percentual caiu para 4,2%, apontam os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) citados no trabalho. Em 2005, 1 dólar por dia PPC equivalia a aproximadamente R\$ 40 mensais. Em termos absolutos, 4,7 milhões de pessoas saíram da condição de extrema pobreza nesses 15 anos, mas 7,5 milhões ainda permanecem nessa situação, aponta o estudo, elaborado pela Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, com apoio de outros órgãos do governo e de agências da ONU no Brasil. O **primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio** (ODM) prevê que os países cheguem a 2015 com metade da proporção de pobres de 1990.

O relatório mostra também a variação da pobreza no Brasil de acordo com outro parâmetro, o de um quarto de salário mínimo *per capita* por mês. Sob esse critério, a pobreza extrema recuou de 28% para 16% no período.

A queda da pobreza extrema, avalia o estudo, é um efeito da redução dos juros desde 2004, da expansão de políticas como Bolsa Família e do aumento real do salário, que ampliou também o piso da Previdência e do Benefício de Prestação Continuada – programa de transferência de renda voltado a deficientes e idosos pobres. A estabilização monetária de 1994 também teve relação com a diminuição da miséria, apesar de não ter sustentado a tendência de queda: depois de cair por quatro anos seguidos, a pobreza voltou a subir em 2001.

A diminuição da porcentagem de pessoas que ganham menos de US\$ 1 dólar por dia foi acompanhada da redução das desigualdades em vários níveis. A pobreza caiu mais entre os pretos e pardos do que entre os brancos, por exemplo. Em 1993, 15% dos negros viviam em situação de pobreza extrema e, em 2005, a porcentagem caiu para 6%. No mesmo período, a os números recuaram de 4,9% para 2,5% entre os brancos. Apesar dos avanços, a miséria ainda atinge mais os negros. Em 2005, os brancos representavam 88,4% do topo da pirâmide brasileira e 26,5% do décimo mais pobre. Já os negros eram 73,5% dos mais pobres e apenas 11,6% dos mais ricos.

A redução da pobreza também foi maior na zona. Em 1990, a proporção de pessoas extremamente pobres nessas regiões era mais que quatro vezes superior à das áreas urbanas. Em 2005, essa disparidade caiu para cerca de três vezes. Segundo o relatório, essa diferença é decorrência, principalmente, dos benefícios da previdência rural, dos programas de transferências de renda e do crédito agrícola oferecido por meio do PRONAF (Programa de

Apoio à Agricultura Familiar). Porém, em 2005, a proporção de pessoas residentes no campo que vivia na pobreza extrema era 7,9 pontos percentuais superior à verificada nas áreas urbanas.

No Nordeste também houve um declínio maior da miséria. A redução da diferença das taxas de pobreza extrema entre a região e o Sudeste, por exemplo, foi de 59%. Em 1993, era de 18,2 pontos percentuais, e em 2005, 7,5 pontos. “Dada a dimensão da pobreza extrema no Nordeste, para que a taxa brasileira continue a cair no mesmo ritmo é indispensável que o país mantenha a queda acelerada na região. Assim, é importante garantir, como nos últimos anos, uma rede de proteção social fortalecida e o aprimoramento de ações de desenvolvimento regional”, afirma o relatório.

Brasil e os outros Objetivos do Milênio

ODM 2 — Universalizar a educação primária

Taxa de frequência escolar líquida de pessoas de 7 a 14 anos no ensino fundamental, em 2005: 94,5%

ODM 3 — Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

Razão entre as taxas de frequência à escola de mulheres e homens em 2005: 100,6 (fundamental), 123,1 (médio) e 130,8 (superior)

ODM 4 — Reduzir em dois terços a mortalidade na infância

□ Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos: 53,7 (por mil nascidos vivos), em 1990, e 28,7 em 2005

ODM 5 — Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna

Taxa de mortalidade materna: 61,2 (por mil nascidos vivos) em 1997, e 53,4 em 2005

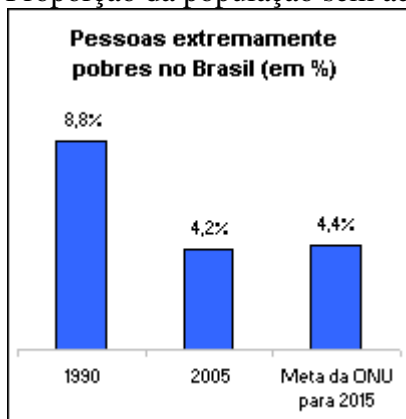
ODM 6 — Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças

Taxa de prevalência do HIV entre pessoas de 15 a 49 anos : Entre 2000 e 2004 permaneceu em 0,6%

ODM 7 — Garantir a sustentabilidade ambiental

Proporção de áreas terrestres cobertas por florestas: 54,2% do território nacional

Proporção da população sem acesso à água potável: 17,7% (1992) e 10,2% (2005)



Fome - O relatório aponta que a desnutrição infantil vem diminuindo no país. Em 1989, 7,1% das crianças menores de 5 anos tinham peso abaixo do adequado para sua idade. A proporção caiu para 5,7% em 1996 e 4,6% em 2003. Houve redução de 59,4% nas internações por desnutrição: elas caíram de 2,61 por mil em 1999 para 1,06 por mil em 2006; o maior declínio foi no Nordeste (67,2%) e o menor no Centro-Oeste (18,6%).

39. Nordeste é a região mais desigual do país, diz IBGE – Diana Brito – Folha on Line – 29/08/2007

A região mais desigual, na comparação entre ricos e pobres, é o Nordeste, 11,8 vezes, enquanto as menos desiguais foram as regiões norte e sul, com distâncias médias praticamente iguais (oito vezes), destaca a POF "Pesquisa de Orçamentos Familiares) 2002-2003.

O norte apresentou a menor despesa entre os ricos e o sul a maior despesa entre os pobres, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), responsável pelo estudo. No país, segundo o levantamento, entre os mais pobres, o Maranhão possuía a menor despesa, R\$ 116,00, e o Distrito Federal a maior, R\$ 280,00. Já entre os ricos, a menor despesa ficou com o Amapá, R\$ 913,00, e a maior com o Rio de Janeiro, R\$ 2.339,00. Esse resultado mostra uma grande desigualdade entre regiões.

A pesquisa também destaca que o Maranhão, apesar de ter apresentado, em 2003, a menor despesa per capita, Alagoas ficou com o maior nível de desigualdade (15,6). Outro ponto que chama atenção é o fato do Amapá ter mostrado o menor nível de desigualdade (5,3) e o menor gasto entre os mais ricos, demonstrando uma relação mais equitativa nas despesas das famílias.

Perfil dos rendimentos

A Pesquisa traça um perfil das despesas e rendimento de acordo com a característica da pessoa de referência, tais como a inserção no mercado de trabalho, escolaridade, idade, o sexo, a cor ou raça, e a religião, entre outras.

Esta é a quarta pesquisa realizada pelo IBGE sobre orçamentos familiares. As anteriores foram o Estudo Nacional de Despesa Familiar ENDEF 1974-1975, com âmbito territorial nacional, à exceção da área rural da região norte e centro-oeste, POF 1987-1988 e a POF 1995-1996, essas duas tinham como meta atender a atualização das estruturas de consumo dos índices de preços do consumidor produzidos pelo IBGE, sendo realizadas nas regiões metropolitanas do país.

O IBGE diz que a crescente necessidade de conhecimentos do perfil socioeconômico da população brasileira é uma das principais justificativas para a retomada deste estudo, que passou a incluir, por necessidade de informações detalhadas sobre as condições de vida a partir do consumo (especialmente das famílias de menor rendimento)

as áreas rurais. Além das investigações das aquisições não-monetárias, que correspondem a tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio e salário em bens).

40. Tecnologia do Bolsa Família chega à República Dominicana– site MDS - 30/08/2007

O governo brasileiro está oferecendo tecnologia para que a República Dominicana possa aperfeiçoar e ampliar o programa Solidariedade, que hoje atende a 200 mil famílias de baixa renda naquele país. As melhorias estão sendo propostas pela Caixa Econômica Federal que, no Brasil, operacionaliza com sucesso programas dirigidos para este segmento, como o Bolsa Família. O programa, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), chega hoje a 11 milhões de lares, por meio de cartão magnético.

Em fevereiro deste ano, em Brasília, a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a Agência de Administração de Subsídios Sociais da República Dominicana e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) assinaram convênio que permitirá a modernização do sistema de cadastros das famílias do Solidariedade e a troca de informações entre os dois países.

De acordo com o gerente nacional da Rede Internacional de Estratégias da Caixa, Luiz Felipe Pinheiro Júnior, desde então, foram estudadas diversas soluções para poder ampliar a base de dados dos dominicanos que precisam de ajuda do governo. São soluções que passam por automação e uso de rádio e de satélites. “Nossos analistas de informações estudaram o fluxo de dados do Solidariedade, propuseram alterações e se reuniram com os técnicos dominicanos, algumas vezes”, lembra Luiz Felipe. Segundo ele, o formato final da base de dados do Solidariedade está pronto e, nos próximos dias, técnicos dominicanos chegam a Brasília para acertar os últimos detalhes do programa.

“O Solidariedade tem 200 mil beneficiários, mas o universo de um milhão de pessoas a serem atendidas”, destaca o gerente. “A capacidade do operacional do programa dominicano, hoje esgotada, será ampliada e, de início, vai dobrar o número de famílias atendidas”. De acordo com Luiz Felipe, o número de estabelecimentos credenciados no Solidariedade também vai aumentar, com a melhoria da automatização. “Não estamos oferecendo recursos financeiros à República Dominicana, apenas conhecimento tecnológico”.

O Solidariedade tem duas frentes: “Comer é primeiro”, que transfere quantia equivalente a R\$ 250 mensais para a compra exclusiva de alimentos; e o “Incentivo a Assistência Escolar”, que repassa cerca de R\$ 300 bimestrais para a compra de materiais escolares. Para receber os recursos, as famílias precisam cumprir exigências: o titular do benefício deve participar de atividades de capacitação oferecidas pelo governo envolvendo temas como economia doméstica, nutrição, higiene, saneamento, entre outros. As crianças com idades entre seis e 16 anos devem estar matriculadas na escola e o calendário de vacinação dos menores de cinco anos deve ser cumprido. Além disso, todos os membros da família devem ter documentos de registro civil. Outras informações, no site www.pnud.org.br

**41. Lula amplia Bolsa-Família para ser comparado a Getúlio na área social -
Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Colaboraram Fabíola Salvador e
Christiane Samrco – 31/08/2007**

Na segunda reunião ministerial do segundo mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu de maneira explícita como quer governar até 2010 e entrar para a história. “O legado do nosso governo é a consolidação das políticas sociais”, disse Lula, acrescentando que suas realizações nessa área “só terão comparação com as de Getúlio Vargas”.

Na prática, os efeitos do discurso do presidente, na abertura da reunião ministerial, na Granja do Torto, vão aparecer no orçamento social para o ano que vem com a ampliação do Bolsa-Família, a criação de um novo programa, o Territórios da Cidadania, e o lançamento no dia 5 dos quatro “Eixos Sociais”. Ao todo, a agenda social vai ganhar R\$ 4,7 bilhões a mais no Orçamento de 2008, com os investimentos passando de R\$ 11,7 bilhões para R\$ 16,5 bilhões - nem todos os gastos estarão expressos no Orçamento-Geral da União que será entregue hoje ao Congresso.

O governo vai incluir 1,75 milhão de jovens no Bolsa-Família a partir do ano que vem. A ampliação do programa - só com o aumento da idade-limite dos jovens atendidos, de 15 para 17 anos - vai custar cerca de R\$ 38 milhões por ano. O governo diz que ampliou a idade dos jovens para estancar a evasão escolar, uma vez que a metade deixa a escola antes de completar as oito séries do ensino fundamental, pois não consegue fazê-lo até os 15 anos.

O governo ainda analisa a criação de um bônus para os jovens do Bolsa-Família que terminarem o ensino fundamental e o ensino médio. O piso de R\$ 15 e o teto de R\$ 95 dos benefícios do programa também tiveram o reajuste confirmado - para R\$ 18 e R\$ 102, respectivamente.

Numa analogia com o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que lançou os “Eixos do Desenvolvimento”, voltados para a infra-estrutura, os “Eixos Sociais” de Lula têm como metas redução da desigualdade, cultura, direitos de cidadania e juventude. O ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, anunciou que dentro desses eixos, o governo dará destaque a “programas de emancipação das famílias” por meio da geração de renda, capacitação profissional, cooperativismo e ampliação da aquisição de alimentos produzidos dentro do Pronaf (agricultura familiar).

LIVRO DE CABECEIRA

O presidente pediu enfaticamente aos ministros e parlamentares da base aliada que tenham “os projetos sociais do governo como livro de cabeceira”, pois todos precisam “defender o processo de transformação social do País”. E os convocou a divulgar que seu governo tirou 8 milhões de famílias da miséria. Ao fim da reunião, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, completou o discurso do presidente, dizendo que o País está implantando um novo modelo de crescimento, o “modelo social-desenvolvimentista”. Explicou:

“Crescimento econômico vigoroso combinado com distribuição de renda e redução da pobreza.”

Cinco ministros fizeram apresentações: Mantega falou sobre a situação econômica, Dilma Rousseff (Casa Civil) sobre o PAC, Nelson Jobim (Defesa) fez um balanço do setor aéreo, Patrus Ananias falou sobre os programas sociais e Franklin Martins (Comunicação Social) deu uma espécie de aula sobre imprensa, comunicação e papel do jornalista.

42. Bolsa Família vai atender mais 1,7 milhão - Chico de Gois, Cristiane Jungblut e Henrique Gomes Batista – O Globo – O País – 31/08/2007

BRASÍLIA. O governo estenderá os benefícios do Bolsa Família a jovens de até 17 anos a partir de 2008, ano eleitoral em que adolescentes com mais de 16 anos estão aptos a votar. Hoje, o benefício é pago somente às famílias com, no máximo, três filhos com idade de até 15 anos. A medida foi discutida na segunda reunião ministerial do ano e será anunciada oficialmente no próximo dia 5, mas ainda há divergência no governo sobre a destinação e liberação de recursos.

A nova ação social do governo beneficiará, segundo o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, mais 1,750 milhão de jovens.

O governo criou uma grande confusão sobre os recursos destinados à área social. Há a promessa de recursos, mas não a garantia no Orçamento da União de 2008. De manhã, a assessoria da Presidência divulgou que o governo iria incrementar o Orçamento do ano que vem em mais R\$ 4,7 bilhões para a “agenda social”: de R\$ 11,8 bilhões para R\$ 16,5 bilhões. Essa agenda incluiria, além do Bolsa Família, programas para quilombolas, índios, mulheres, adolescentes e ações contra o analfabetismo.

Lula compara seu governo ao de Getúlio Vargas. No entanto, após a reunião, de mais de oito horas, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o próprio Patrus negaram que essa cifra estivesse definida.

— O Orçamento já está rodado e não tem como alterá-lo de última hora — disse Mantega.

— Não podemos precisar o aumento. Essa é uma aproximação grosseira. Não é numa reunião destas que se definem valores — completou Dilma.

Mantega disse que o Orçamento poderá ser complementado por emendas parlamentares.

Assessores de Lula admitiram que há uma previsão de que os recursos sejam ampliados em R\$ 4,5 bilhões no futuro. Mantega negou até que estejam garantidos os R\$ 2 bilhões a mais já anunciados para a Saúde.

— O governo não anunciou.

De concreto, estamos estudando isso (liberar os R\$ 2 bilhões) — disse Mantega.

Durante a reunião, realizada na Granja do Torto, o presidente Lula disse que os resultados do seu governo só terão comparação com o de Getúlio Vargas — que ficou conhecido como o “Pai dos Pobres” —, sobretudo na área social. Até agora, em discursos, Lula costumava se comparar também a Juscelino Kubitschek.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria



CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

